

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE– SMS		
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.0007.000001060-7		
SETOR	SELICD	
TIPO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO	
MODO DE DISPUTA	ABERTO	
ORÇAMENTO SIGILOSO	NÃO.	
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, à Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, bem como ao Decreto Municipal nº 377, de 16 de junho de 2023, e à Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEGOV nº 002/2024, e suas correspondentes alterações.	
OBJETO:	Aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares, a fim de atender as necessidades específicas e estratégicas relacionadas à saúde pública e ao fortalecimento da atenção primária no município de São Cristóvão/SE.	
PARTICIPAÇÃO:	Cota principal para AMPLA CONCORRÊNCIA e cota EXCLUSIVA para microempresas, empresas de pequeno porte a que se refere a Lei Complementar 123/2006 e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2007 e cooperativas enquadradas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.	
SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	DIA	HORÁRIO
	16/08/2024	09:30h
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o <u>horário de Brasília/DF</u> e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.		
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:		
Órgão: Secretaria e Fundo Municipal de Saúde de São Cristóvão		
Endereço: Praça Getúlio Vargas, nº. 136, Centro, São Cristóvão/Setor de Licitações. Pregoeiro e Equipe de Pregão.		
Telefones: (79) 988276028/ 999780804		
E-mail– licitacao.saude@saocristovao.se.gov.br		
OBSERVAÇÃO: Os interessados poderão acessar o www.licitanet.com.br e/ou https://www.saocristovao.se.gov.br , onde o edital estará disponível ou dirigir-se a Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde de São Cristóvão no endereço acima citado.		
LOCAL DA DISPUTA – Portal: www.licitanet.com.br		
As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma LICITANET - licitações online: www.licitanet.com.br : (34) 2512-6500 / 3236-7571 (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br		

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

Processo Administrativo nº 2024.0007.000001060-7

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Cristóvão, Sergipe designado pela Portaria nº 201 de 01 de junho de 2024, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por agente de contratação da Secretaria Municipal da Saúde- SMS, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pela página eletrônica do Portal: www.licitanet.com.br.

2. OBJETO

2.1. A aquisição de medicamento e materiais médico-hospitalares, a fim de atender as necessidades específicas e estratégicas relacionadas à saúde pública e ao fortalecimento da atenção primária no município de São Cristóvão/SE, conforme especificações técnicas detalhadas, condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, sob a forma de Registro de Preços.

2.1.1. O Sistema de Registro de Preços tem por finalidade o registro formal de preços, fornecedores, unidades participantes e condições de execução do objeto, aplicáveis a futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

2.1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de outros processos de contratação para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

2.3. Havendo mais de um item ou grupo/lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um grupo/lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõe.

2.4. O critério de julgamento adotado será menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente licitação eletrônica se dará através do Portal Eletrônico do Licitanet, disponível no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

3.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade pro-

motora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.1.2. É de responsabilidade do fornecedor conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema, disponível no endereço www.licitanet.com.br, para acesso ao sistema e operacionalização.

3.2. Poderão participar do processo na COTA PRINCIPAL empresas limitadas e na COTA RESERVA-DA e COTA EXCLUSIVA as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais a que se refere a Lei Complementar nº 123/2006, bem como as cooperativas enquadradas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 3.2 fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte, aos microempreendedores individuais e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas contratações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual:

- (a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- (b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- (c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º da referida lei;
- (d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º referida lei;
- (e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- (f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- (g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- (h) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- (i) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- (j) Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- (k) Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.4. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação os fornecedores que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

3.4.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Que estejam cumprindo a penalidade de impedimento de licitar e contratar imposta por órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Município, ou penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública imposta por qualquer ente federativo;

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- (a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- (b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- (c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- (d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- (e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- (f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.4.4.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” do item 3.4.4 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.4.4.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “a” e “b” do item 3.4.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de condução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade contratante.

3.4.4.4. O disposto nas alíneas “a” e “b” do item 3.4.4 não impede que a contratação

inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.4.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.4.6. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

3.4.6.1. A vedação de que trata o item 3.4.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.4.7. Nas contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. Serão estendidas às cooperativas os benefícios previstos para as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

4. DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1.1. Nesta licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

4.1.2. Nos casos em que a habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances, os fornecedores deverão encaminhar simultaneamente, na forma e no prazo estabelecidos no item 4.2, os documentos de habilitação e a proposta, observado o disposto nos itens 4.1.3 e 7 deste Edital.

4.1.3. O fornecedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema indicado nos itens 1.2 e 3.1 deste Edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado, observando-se as exigências constantes no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, e o preço correspondente, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.4. A proposta anexada ao sistema deverá:

4.1.4.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas;

4.1.4.2. Conter a indicação da modalidade e do número da licitação, data e hora de sua realização;

4.1.4.3. Conter razão social, CNPJ, **endereço completo, telefone e e-mail para contato** do fornecedor proponente;

4.1.4.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do fornecedor, para fins de pagamento caso torne-se vencedor;

4.1.4.5. Conter especificações do objeto proposto, de acordo com o detalhamento constante no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**;

4.1.4.6. Conter o valor unitário, por item, e o valor global da proposta, com preços indicados em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo, 02 (duas) casas decimais;

4.1.4.7. **Junto à proposta comercial anexada ao sistema, deverá ser anexado pelo fornecedor o seguinte documento:**

4.1.4.7.1. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do último exercício social, **exigida apenas das empresas que declarem no sistema a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, por fotocópias devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, apresentada na forma da Lei, **sob pena de desclassificação**.

4.1.4.7.2. Considerando o teor do Acórdão TCU nº 298/2011 – Plenário, o(a) Pregoeiro(a) poderá adotar procedimentos complementares mediante diligência, como solicitação de outros documentos que julgue necessários, a fim de ratificar o atendimento pelas licitantes às exigências da Lei Complementar nº 123/2006.

4.1.5. A proposta de preços inicial encaminhada através do sistema deverá conter ou estar acompanhada da(s) seguinte(s) declaração(ões):

4.1.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.1.5.1.1. Nos itens/grupos/lotos destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a declaração negativa ou a ausência de declaração a que se refere o item 4.1.5.1 impedirá o prosseguimento do fornecedor no certame;

4.1.5.1.2. Nos itens/grupos/lotos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a declaração negativa ou a ausência de declaração a que se refere o item 4.1.5.1 apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.1.5.1.3. A mera declaração da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por fornecedor que **não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias o sujeitará às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021**.

4.1.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

4.1.5.3. Que a proposta foi elaborada de forma independente, bem como que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos diretos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

4.1.5.4. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.1.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.1.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, em observância ao disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.1.5.7. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.1.5.8. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, caso o fornecedor esteja organizado sob a forma de cooperativa;

4.1.5.9. Da veracidade e inteira responsabilidade pela autenticidade dos documentos enviados eletronicamente durante a licitação e eventualmente impressos para processamento interno da Prefeitura de São Cristóvão, apresentando-os quando demandado pela Administração Pública em vias originais para diligências complementares;

4.1.5.10. Caso esteja organizado em cooperativa, que cumpre os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.6. As declarações deverão ser apresentadas com a assinatura do representante legal da empresa, cuja assinatura deverá ser digital ou idêntica ao documento oficial com foto, reconhecido em território nacional, do sócio-administrador ou do procurador constituído, se houver.

4.1.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

4.1.8. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.1.9. O sistema disponibilizará campo próprio para a inserção dos documentos exigidos para a habilitação na forma do item 7 deste Edital.

4.1.9.1. A verificação de cumprimento aos requisitos de habilitação será realizada mediante consulta pelo agente de contratação aos documentos encaminhados pelo fornecedor através do Cadastro de Fornecedores do Portal de Compras do Município de São Cristóvão – São Cristóvão Compras, ou do sistema utilizado para a realização de licitação na forma eletrônica Portal: www.licitanet.com.br assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.1.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43,

§ 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

4.1.11. Incumbirá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.1.12. Após a abertura da sessão pública não caberá desistência da proposta pelo fornecedor, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

4.1.12.1. Os fornecedores poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1.12.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo fornecedor, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.1.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do fornecedor melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.1.14. O valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente no sistema do provedor, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle externo e interno, sendo divulgado aos fornecedores apenas e imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

4.1.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o fornecedor poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.1.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.1.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.1.17. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.1.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.1.18. Caberá ao fornecedor interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.1.19. O fornecedor deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.2 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.2.1. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto a especificações do objeto. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.2.2. O fornecedor deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.2.1. Valor unitário do item e valor total;

4.2.2.2. Descrição do objeto, sem prejuízo ao atendimento a todas as exigências e especificações detalhadas constantes no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

4.2.2.3. As propostas e os lances devem ser formulados com valores que contenham, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

4.2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o fornecedor.

4.2.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.2.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.2.5. O fornecedor é o único responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.2.5.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.2.5.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido unilateralmente da planilha e haverá glosa quando do pagamento, e/ou redução quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito. (vide Acórdãos TCU nº 3.037/2009 – Plenário, nº 1.696/2010 – 2ª Câmara, nº 1.442/2010 – 2ª Câmara, nº 387/2010 – 2ª Câmara e nº 2.622/2013 – Plenário)

4.2.6. Se o regime tributário do fornecedor implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.2.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta ou na planilha de custos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.2.9. Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.2.10. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, assumindo o fornecedor o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, se for o caso, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.2.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.2.12. Os fornecedores devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações.

4.2.12.1. O descumprimento das regras supramencionadas por parte da Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

5.1.1. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado diariamente pelos participantes por meio do portal (<https://licitanet.com.br/>), que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

5.2. O agente de contratação verificará as propostas preenchidas no sistema eletrônico na forma do item 4.2, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, que identifique o licitante (nos campos preenchidos no sistema eletrônico), que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

5.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participam da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O fornecedor será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

5.8. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.9. Observado o disposto no item 5.8, o fornecedor poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O agente de contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica via sistema.

5.11. Eventual exclusão de proposta do fornecedor, de que trata o item 5.10, implica a retirada do fornecedor do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

5.12. Durante a sessão pública, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.13. O procedimento adotará o Modo de Disputa Aberto.

5.13.1. No Modo de Disputa Aberto, a etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

5.13.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item 5.13.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.13.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 5.13.1 e 5.13.2, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem (crescente ou decrescente).

5.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.5. Após o reinício previsto no item 5.13.4, os fornecedores serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13.6. Encerrada a etapa de que trata o item 5.13.5, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 5.13.3 a fim de obter a classificação final dos fornecedores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o agente de contratação no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos fornecedores para a recepção de lances.

5.17. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

5.19. Caso o fornecedor qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificado desista ou não se manifesta no prazo estabelecido, serão convocados os demais fornecedores qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do Modo de Disputa Aberto e Fechado.

5.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.22.1. disputa final, hipótese em que os fornecedores empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos fornecedores, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

5.22.3. desenvolvimento pelo fornecedor de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.4. desenvolvimento pelo fornecedor de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal licitante;

5.23.2. empresas brasileiras;

5.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, será declarado o arrematante. O sistema disponibilizará automaticamente fase de negociação ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço para o item, pelo sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais fornecedores, cujo prazo limite será definido pelo agente de contratação.

5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os fornecedores e anexado aos autos do processo licitatório.

5.24.4. O agente de contratação solicitará ao fornecedor melhor classificado que envie no sistema eletrônico no prazo de 02 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada de eventuais documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

5.24.6. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 5.24.4, a partir de solicitação fundamentada feita pelo fornecedor no chat antes de findo o prazo inicialmente conferido.

5.25. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Encerrada a fase de lances e depois de verificação de possível empate, o agente de contratação examinará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.2.1. Contiver vícios insanáveis ou ilegalidade;

6.2.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas deste Edital ou de seus anexos, ou apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

6.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a

contratação, se houver;

6.2.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.2.5. Não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo agente de contratação;

6.2.6. Identificar o fornecedor nos campos do sistema que sejam de acesso público antes do encerramento da sessão de disputa de lances, por violar o sigilo das propostas;

6.3. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.3.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o edital e seus anexos não tenham estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a uma parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.4.1. O prazo para atendimento à diligência será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação pelo agente público.

6.4.2. Eventual pedido de dilação de prazo deve ser devidamente formalizado com a justificativa correspondente e encaminhado antes de expirado o prazo inicial, o qual será analisado pela Administração quanto à aceitabilidade ou não da justificativa apresentada.

6.4.3. Tanto em caso de deferimento quanto em caso de negativa do pedido, o agente público responsável deverá encaminhar manifestação formal ao fornecedor.

6.4.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.4.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área técnica especializada no objeto.

6.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a

sua continuidade.

6.9. O agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao fornecedor que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

6.10. Também nas hipóteses em que o agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o fornecedor para que seja obtido preço melhor.

6.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.11. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor no prazo indicado pelo agente de contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

6.11.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações dos seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista constam no **ANEXO I** deste Edital, e para fins de habilitação econômico-financeira e qualificação técnica constam no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no item 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- (b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/cnep);
- (c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- (d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- (e) Cadastro de Licitantes/Contratados Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública de São Cristóvão – CADIMP;
- (f) Relatório de Pessoas Físicas e Jurídicas Proibidas de Contratar com o Poder Público do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - TCE/SE.

7.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação a que se refere o item 7.2 e de utilização do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, a habilitação dos fornecedores será verificada pelo agente de contratação por meio do Cadastro do Fornecedor no sistema do (www.licitanet.com.br).

7.3.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Portal de Compras, nos documentos por ele abrangidos e desde que se encontrem vigentes na data da consulta.

7.3.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por outro registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.3.3. A documentação exigida para fins de habilitação que não esteja contemplada no Cadastro do Fornecedor a que se referem os itens 7.3 e 7.3.1 deverá ser encaminhada através de funcionalidade própria do sistema de realização da licitação (www.licitanet.com.br), em formato digital, no prazo de 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação, sob pena de inabilitação.

7.3.4. **É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do seu cadastro nos sistemas para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.**

7.3.5. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas, conforme estatui o artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.6. A verificação pelo agente de contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.4. A verificação no Cadastro do Fornecedor do Portal Compras e do sistema de realização da licitação ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao fornecedor vencedor.

7.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **TERMO DE REFERÊNCIA** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do fornecedor mais bem classificado.

7.4.2. Respeitada a exceção do item 7.4.1 relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habili-

tação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência item 7.4 ocorrerá em relação a todos os fornecedores.

7.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Na hipótese de o fornecedor vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o **TERMO DE REFERÊNCIA** exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de (10% a 30%) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos fornecedores e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital através do sistema no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do agente de contratação, sob pena de inabilitação.

7.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.11. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.11.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação

do fornecedor nos remanescentes.

7.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada através do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do fornecedor cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item 7.13.

7.14. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ressalvado o disposto nos itens 7.3.1 e 7.3.5, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.14.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de fornecedor por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

8.1. Ata de Registro de Preços

8.1.1. A Ata de Registro de Preços é o documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação com a Administração Pública Municipal, onde se registram os preços, fornecedores, unidades participantes e condições a serem praticadas.

8.1.2. Após a homologação do resultado da licitação, o(s) fornecedor(es) classificado(s) em primeiro lugar em cada item ou grupo/lote será(ão) convocado(s) para assinar a ata de registro de preço, que também conterà a assinatura do Secretária Municipal de Saúde-SMS.

8.1.3. Os convocados deverão providenciar a assinatura da Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação pelo ente Gerenciador da Ata, através do e-mail do fornecedor vencedor.

8.1.3.1. A assinatura da Ata realizar-se-á por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, mediante convocação através de link emitido pelo Portal de Compras do Município

8.1.3.2. Em caso de indisponibilidade do sistema ou impossibilidade de convocação através do Portal de Compras do Município, alternativamente a Administração poderá encaminhá-lo ao adjudicatário através de outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.1.3.3. Os fornecedores selecionados deverão indicar representantes, às suas expensas, com poderes específicos para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.1.3.4. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificável aceito pelo ente Gerenciador da Ata.

8.1.3.5. Decorrido o prazo e não tendo o fornecedor respondido à convocação, será imediatamente excluído da ata, na forma do § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

8.1.3.6. Nas hipóteses de recusa do fornecedor ou do seu não-comparecimento para assinatura da ata no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de habilitação antes de celebração da ata, o agente público deverá examinar a proposta subsequente, obedecida a ordem classificatória da licitação, verificando a sua aceitabilidade e analisando o cumprimento dos requisitos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de um fornecedor que cumpra os requisitos do Edital, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços oriunda desta licitação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.1.4.1. A ata de registro de preços estará vigente até que seja consumida a totalidade do quantitativo registrado ou até o termo final do seu prazo de validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

8.1.5. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Município e ficarão disponibilizados no Portal de Compras do Município de São Cristóvão – São Cristóvão Compras durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.6. Será permitida a adesão de unidade não-participantes, desde que cumpridas as condições estipuladas nos arts. 304 e 305 do Decreto Municipal nº 377/2023 e no **ANEXO IV –MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

8.1.7. A ata poder ser alterada na forma dos arts. 300 a 303 do Decreto Municipal nº 377/2023 e no **ANEXO IV –MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

8.1.8. A ata pode ser cancelada na forma dos arts. 309 e 310 do Decreto Municipal nº 377/2023 e no **ANEXO IV –MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

8.2. Contratação

8.2.1. Após a publicação da ata de registro de preços na forma do art. 293 do Decreto Municipal nº 377/2023, os órgãos e entidades participantes da ata de registro de preços poderão celebrar contratações dentro do prazo de validade da ata.

8.2.2. As Contratações formalizar-se-ão mediante a assinatura de (Contrato ou Ordem de Fornecimento ou Ordem de Serviço), firmado entre as unidades participantes ou pelas entidades aderentes e os fornecedores beneficiários da ata de registro de preços.

8.2.2.1. (O Contrato ou a Ordem de Fornecimento ou a Ordem de Serviço) será encaminhado(a) ao fornecedor, que deverá assiná-lo e devolvê-lo ao órgão solicitante no prazo de 02 (dois)

dias, a contar da data do seu recebimento.

8.2.2.2. A assinatura do contrato realizar-se-á por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, mediante convocação através de link emitido pelo Portal São Cristóvão Compras.

8.2.2.3. Em caso de indisponibilidade do sistema ou impossibilidade de convocação através do Portal de Compras do Município, alternativamente a Administração poderá encaminhá-lo ao adjudicatário através de outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.3. O prazo previsto para assinatura (da Ordem de Fornecimento) poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificável aceito pela Administração.

8.2.3.1. Decorrido o prazo e não tendo o fornecedor respondido à convocação, perderá o direito à contratação e estará sujeito às penalidades descritas neste Edital e no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, consoante estabelecido no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.4. A Ordem de Fornecimento terá prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, conforme previsão do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

8.2.4.1. O contrato firmado durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços produz efeitos até o total cumprimento das obrigações pelas partes, mesmo após o término da vigência da Ata.

8.2.5. Na assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.2.6. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

8.2.7. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificável aceito pela Administração.

8.2.8. Decorrido o prazo e não tendo o fornecedor respondido à convocação, perderá o direito à contratação e estará sujeito às penalidades descritas neste Edital e no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, consoante estabelecido no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, conforme previsão no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

8.5. Na assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 109 do Decreto Municipal nº 377/2023.

9.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

9.2.2. A manifestação da intenção de recorrer a que se refere o item 8.2.1 será em dois momentos, após o término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação, sob pena de preclusão.

9.2.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;

9.2.5. O prazo para apresentação de contrarrazões é de 3 (três) dias úteis e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

9.2.6. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar a decisão que anulou ou revogou a licitação:

9.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis e será iniciado na data de publicação do ato de anulação ou revogação;

9.3.2. O prazo para apresentação de contrarrazões é de 3 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. Caberá ao agente de contratação verificar o cumprimento dos pressupostos recursais, notadamente a tempestividade e a motivação do ato, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.4.1. Nesse momento o agente de contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.4.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.4.3. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal ou subscritos por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo com poderes para atuar em nome do recorrente.

9.5. O recurso será dirigido ao agente de contratação ou à comissão de contratação que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

9.9.1. Como os processos administrativos oriundos da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional são realizados através meio eletrônico, os interessados em dar vistas ao processo poderão obter cópia integral dos autos mediante solicitação dirigida ao e-mail do agente de contratação ou mediante o comparecimento a esta Secretaria Municipal de Saúde munidos de pen-drive, CD-ROM ou similar.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que, com dolo ou culpa, cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

10.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.6.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

101.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando

10.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei em qualquer momento da licitação;

10.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.10.3. prestar declaração falsa quanto ao enquadramento como ME/EPP.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

(a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(b) Multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12, consoante gradação discriminada no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**;

(c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, isenta o fornecedor da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou processo administrativo de responsabilização.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sistema (www.licitanet.com.br) e no Portal São Cristóvão Compras no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados de forma eletrônica pelos seguintes meios:

11.3.1. por meio de campo próprio do sistema (www.licitanet.com.br);

11.3.2. por meio do e-mail do agente de contratação indicado na folha de rosto deste edital.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O procedimento será divulgado no sistema (www.licitanet.com.br) Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

12.2. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o(a) (órgão ou ente contratante) revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveni-

ente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

12.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente público responsável da Administração na respectiva notificação.

12.6. Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes no órgão.

12.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. É facultada ao agente de contratação ou à autoridade superior do(a) (órgão ou ente contratante), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

12.10. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.11. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.14. Os casos omissos serão decididos pelo agente público em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citados no preâmbulo deste Edital.

12.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.15.1. ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;

1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sede da matriz;

1.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no país: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

1.6. Os documentos de habilitação jurídica elencados deverão estar acompanhados de todas as alterações que tenham sido realizadas e registradas perante o órgão competente, ou apresentar a última alteração realizada e registrada, desde que traga em seu bojo a consolidação da versão final do ato constitutivo.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, visto que tais informações já constam no Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI a que se refere o item 1.3.

2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

2.8. Prova de regularidade com a Fazenda do Município, em observância ao disposto nos incisos II e III do art. 75 da Lei Municipal nº 1.547/1989.

2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais/municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.10. Caso o fornecedor detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, micro-empendedor individual ou sociedade cooperativa equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

3. Qualificação Técnica:

3.1. As empresas licitantes deverão atender os requisitos como seguem:

3.1.1. Licença Sanitária expedida pelo órgão competente local;

3.1.2. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), devidamente atualizada, com observação para comercialização do objeto licitado, emitida via internet com a situação ativa e publicação no Diário Oficial da União (atualizado);

3.1.3. Certificado de regularidade da empresa licitante expedido pelo Conselho Regional de Farmácia, o qual deverá indicar o responsável técnico com o devido número de registro de classe.

3.2. Os materiais devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, devidamente identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA.

3.3. Todos os materiais, nacionais ou importados, devem ter constado, nos rótulos e/ou bulas, todas as informações em língua portuguesa.

3.4. As embalagens dos produtos devem apresentar certificação pela ANVISA.

3.5. O número dos lotes devem estar especificados na nota fiscal por quantidade de cada material entregue.

3.5.1. Os materiais devem ser entregues por item com a data de validade, com seus respectivos quantitativos. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de entrega do produto, caso esse critério não seja respeitado, a empresa deverá receber de volta a mercadoria enviada se comprometendo a substituir em tempo hábil.

4. Declarações gerais

4.1. Declaração, sob pena de inabilitação, de que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.2. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A aquisição desses materiais constitui um dos elementos fundamentais para a efetiva implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população e as necessidades relacionadas à saúde pública e ao fortalecimento da atenção primária no município, nos termos da tabela abaixo, conforme descrição dos itens expressos neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	BR0269978 - COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5CM 13 FIOS, ESTÉRIL, PACOTE C/ 10 UNIDADES DE GAZE	PCT	197712	R\$ 1,13	R\$ 223.414,56
2	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 500ML	UND	12780	R\$ 16,08	R\$ 205.502,40
3	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 250ML	UND	11940	R\$ 11,69	R\$ 139.578,60
4	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 100ML	UND	12780	R\$ 11,67	R\$ 149.142,60
5	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 1000ML	UND	2328	R\$ 12,55	R\$ 29.216,40
6	BR0375911 - TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR (5ML)	UND	3840	R\$ 1,20	R\$ 4.608,00
7	BR0303292 - SOLUÇÃO RINGER C/LACTATO, 500ML	UND	624	R\$ 15,84	R\$ 9.884,16
8	BR0423465 - ABAIXADOR LÍNGUA, MATERIAL:MADEIRA, TIPO:DESCARTÁVEL, PCT 100 UND	PCT	732	R\$ 11,23	R\$ 8.220,36
9	BR0429284 - AGULHA PARA ACUPUNTURA 40X25 MM	CX	36	R\$ 32,13	R\$ 1.156,68
10	BR0378432 - AGULHA PARA ACUPUNTURA 30X25 MM	CX	36	R\$ 34,51	R\$ 1.242,36

11	BR0267540 - GLICOSE, CONCEN- TRAÇÃO: 25%, SOLUÇÃO INJETÁ- VEL. AMPOLA 10,00 ML.	AMP	1128	R\$ 0,68	R\$ 767,04
12	BR0478145 - BANDAGEM ELÁSTICA, MALHA DE ALGODÃO COM SISTE- MA P/ FIXAÇÃO, ROLO	ROL	96	R\$ 29,10	R\$ 2.793,60
13	BR0381974 - BANDAGEM ELÁSTICA, AUTO-ADERENTE, 100MMX4,5MT, COM FIBRAS ELÁSTICAS	UND	84	R\$ 22,29	R\$ 1.872,36
14	BR0397453 - BANDAGEM ELÁSTICA, AUTO-ADERENTE, 50MMX4,5MT, COM FIBRAS ELÁSTICAS	UND	72	R\$ 23,48	R\$ 1.690,56
15	BR0428473 - ASPIRADOR DE SE- CREÇÕES, TI- PO:PORTÁTIL,ELÉTRICO, CAPACI- DADE FRASCO COLETOR: CERCA DE 1300 ML	UND	96	R\$ 621,46	R\$ 59.660,16
16	BR0363482 - COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, 13 L	UND	2580	R\$ 10,50	R\$ 27.090,00
17	BR0300700 - CATETER OXIGENOTE- RAPIA Nº 14		252	R\$ 1,41	R\$ 355,32
18	BR0324327- ESTESIÔMETRO, KIT DE MONOFILAMENTOS PARA TESTE DE SENSIBILIDADE Dimensões 11x7x1 cm (CxLxA) Quantidade 7 pares de monofilamentos e 7 tubos transparentes Intensidades Verde: 0,05g / Azul: 0,2g / Violeta: 2,0g / Vermelho: 4,0g / Laranja: 10,0g / Rosa: 300,0g	UND	96	R\$ 288,18	R\$ 27.665,28
19	BR0298141 - EXTENSOR/TUBO PARA ASPIRAÇÃO COM CONECTOR 2M, SILICONE TRANSPARENTE	UND	240	R\$ 10,37	R\$ 2.488,80
20	BR0281141 - EXTENSOR PARA OXI- GENOTERAPIA COM CONECTOR 2M	UND	240	R\$ 12,04	R\$ 2.889,60
21	BR0435801 - TERMÔMETRO CLÍNI- CO DIGITAL	UND	180	R\$ 20,87	R\$ 3.756,60

22	BR0428647 - FAIXA ELÁSTICA PARA FORTALECIMENTO MUSCULAR 150CM	UND	72	R\$ 18,53	R\$ 1.334,16
23	BR0326108 - FAIXA ELÁSTICA DE INTENSIDADE MÉDIA, MATERIAL: LÁTEX DE BORRACHA NATURAL.	UND	72	R\$ 19,17	R\$ 1.380,24
24	BR0452986 - GUIA P/ INTUBAÇÃO TRAQUEAL, MATERIAL: METAL, TAMANHO :ADULTO, ESTERILIZÁVEL	UND	12	R\$ 50,30	R\$ 603,60
25	BR0442467 - DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS PARA MEDIR ALTURA UTERINA, TIPO :FITA	UND	48	R\$ 26,93	R\$ 1.292,64
26	BR0475840 - GEL CONDUTOR A BASE DE ÁGUA 5 LT, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PH NEUTRO	UND	96	R\$ 42,95	R\$ 4.123,20
27	BR0442461 - HISTERÔMETRO EM POLÍMERO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL PARA IMPLANTAÇÃO DE DIU	UND	12	R\$ 5,21	R\$ 62,52
28	BR0422824 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 0	UND	12	R\$ 5,69	R\$ 68,28
29	BR0422819 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 1	UND	12	R\$ 5,48	R\$ 65,76
30	BR0427150 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 2	UND	12	R\$ 5,31	R\$ 63,72
31	BR0450965 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 3	UND	12	R\$ 5,05	R\$ 60,60
32	BR0422820 - CÂNULA OROFARÍNGEA	UND	12	R\$ 5,36	R\$ 64,32

	GEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 4				
33	BR0422818 - CÂNULA OROFARÍN- GEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 5	UND	12	R\$ 5,81	R\$ 69,72
34	BR0422816 - CÂNULA OROFARÍN- GEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 6	UND	12	R\$ 4,24	R\$ 50,88
35	BR0442386 - PAPEL GRAU CIRÚRGI- CO BOBINA 30CM X 100M BOBINAS LISAS PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME LAMI- NADO P/	UND	300	R\$ 199,19	R\$ 59.757,00
36	BR0442478 - PAPEL GRAU CIRÚRGI- CO BOBINA 40CM X 100M BOBINAS LISAS PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME LAMI- NADO P/	UND	12	R\$ 208,40	R\$ 2.500,80
37	BR0467996 - PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO, AÇO INOXIDÁ- VEL, 14CM	UND	48	R\$ 21,29	R\$ 1.021,92
38	BR0467997 - PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO, AÇO INOXIDÁ- VEL, 16CM	UND	12	R\$ 19,71	R\$ 236,52
39	BR0289702 - PLACA PARA SEMENTE AURICULAR EM ACRÍLICO, 260 ES- PAÇOS (12X18CM)	UND	12	R\$ 47,01	R\$ 564,12
40	BR0465768 - DISPOSITIVO P/ MEDI- DAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO :TIPO RÉGUA EM ALUMÍNIO ANO- DIZADO (ESTADIÔMETRO DE PA- REDE)	UND	60	R\$ 656,13	R\$ 39.367,80
41	BR0442932 - DISPOSITIVO P/ MEDI- DAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO :TIPO FITA "	UND	182	R\$ 48,41	R\$ 8.810,62

42	BR0269622 - GLICEROL, DOSA- GEM:12%, APRESENTAÇÃO: CLIS- TER	UND	192	R\$ 21,34	R\$ 4.097,28
43	BR0435930 - Sonda RETAL Nº 14	UND	108	R\$ 1,52	R\$ 164,16
44	BR0435931 - Sonda RETAL Nº 16	UND	288	R\$ 1,53	R\$ 440,64
45	BR0435932 - Sonda RETAL Nº 18	UND	48	R\$ 1,71	R\$ 82,08
46	BR0435902 - Sonda NASOENTERAL COM FIO GUIA, Nº12	UND	720	R\$ 18,32	R\$ 13.190,40
47	BR0435900 - Sonda NASOENTERAL COM FIO GUIA, Nº08	UND	348	R\$ 14,23	R\$ 4.952,04
48	BR0357880 - GLICOSE 5%, 100ML	UND	24	R\$ 7,62	R\$ 182,88
49	BR0384214 - TERMÔMETRO DIGI- TAL PARA GELADEIRA	UND	48	R\$ 143,86	R\$ 6.905,28
50	BR0471486 - TESOURA DE MAYO, PONTA CURVA, 14CM, CONFEC- CIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL	UND	12	R\$ 43,45	R\$ 521,40
51	BR00451245 - TUBO ENDOTRAQUE- AL 2,0	UND	12	R\$ 5,20	R\$ 62,40
52	BR0451232 - TUBO ENDOTRAQUEAL 2,5	UND	12	R\$ 6,22	R\$ 74,64
53	BR0451036 - MÁSCARA LARÍNGEA Nº05 (ACIMA DE 70KG)	UND	12	R\$ 38,63	R\$ 463,56
54	BR0451035 - MÁSCARA LARÍNGEA Nº04 (ADULTO 50-70Kg)	UND	12	R\$ 46,00	R\$ 552,00
55	BR0451034 - MÁSCARA LARÍNGEA Nº03 (30 A 50KG)	UND	12	R\$ 40,89	R\$ 490,68
56	BR0352502 - REAGENTE PARA DI- AGNÓSTICO CLÍNICO 5, COMPOSI- ÇÃO BÁSICA:CLORO LIVRE 0,7 PPM (Kit para 300 TESTES)	UND	12	R\$ 275,88	R\$ 3.310,56
57	BR0476001 - COLCHÃO HOSPITA- LAR EM ESPUMA DE POLIURETA- NO, D-28, REVESTIMENTO IMPER- MEÁVEL	UND	1	R\$ 483,67	R\$ 483,67

58	BR0395229 - COLCHÃO HOSPITALAR EM ESPUMA DE POLIURETANO TIPO CAIXA DE OVO	UND	12	R\$ 124,23	R\$ 1.490,76
59	BR0395538 - FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL NÃO ESTÉRIL, MATERIAL:PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE:300 ML	UND	2400	R\$ 1,58	R\$ 3.792,00
60	BR0386130 - EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL C/ FILTRO DE AR	UND	8400	R\$ 1,85	R\$ 15.540,00
61	BR0398255 - PAPAÍNA, CONCENTRAÇÃO:10% 100g	UND	360	R\$ 76,99	R\$ 27.716,40
62	BR0402263 - CURATIVO CARVÃO ATIVADO COM NITRATO DE PRATA, PLACA, 10X10CM	UND	564	R\$ 48,49	R\$ 27.348,36
63	BR0439001 - FITA HOSPITALAR, TIPO:ESPARADRAPO TRANSPARENTE, HIPOALERGÊNICO	UND	540	R\$ 14,57	R\$ 7.867,80
64	BR0390831 - FIXADOR DE CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA,TAMANHO ADULTO	UND	276	R\$ 9,83	R\$ 2.713,08
65	BR0390832 - FIXADOR DE CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA,TAMANHO PEDIÁTRICO	UND	228	R\$ 9,96	R\$ 2.270,88
66	BR0273745 - FIXADOR TUBO ORO-TRAQUEAL, MATERIAL:CADARÇO DE ALGODÃO, LARGURA:1 CM	UND	12	R\$ 5,23	R\$ 62,76
67	BR0474435 - PINÇA DE HARTMANN 14 CM PARA CORPO ESTRANHO COM SERRILHADA	UND	12	R\$ 239,44	R\$ 2.873,28
68	BR0458895 - MASSAGEADOR, MODELO:ELÉTRICO, OPERAÇÃO:3 NÍVEIS VELOCIDADE	UND	6	R\$ 247,82	R\$ 1.486,92
69	PILHA TIPO MOEDA LITHIUM 3V CR2032, Unidades	UND	456	R\$ 3,95	R\$ 1.801,20
70	CONES DE AGILIDADE 14X23X14CM	UND	132	R\$ 16,59	R\$ 2.189,88

71	INDICADOR BIOLÓGICO PARA MONITORIZAÇÃO DE PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO	UND	228	R\$ 56,91	R\$ 12.975,48
72	LIXEIRA HOSPITALAR QUADRADA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 100 LITROS, COR BRANCA, CAPACIDADE 100 LITROS	UND	90	R\$ 271,09	R\$ 24.398,10
73	FIXADOR ADESIVO NASAL INFANTIL	UND	120	R\$ 4,20	R\$ 504,00
74	LIXEIRA HOSPITALAR QUADRADA PLÁSTICA C/TAMPA E PEDAL 50 LITROS	UND	288	R\$ 233,68	R\$ 67.299,84
75	GESTOGRAMA DE CONDUTAS PRÉ NATAL	UND	36	R\$ 32,91	R\$ 1.184,76
76	BR0269876 - CLOREXIDINA SOLUÇÃO DEGERMANTE A 2%, 100ML.	UND	1764	R\$ 14,82	R\$ 26.142,48
77	BR0397680 - SACO PARA LIXO INFECTANTE 100 LT	UND	960	R\$ 55,41	R\$ 53.193,60
78	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 3,0 C/ CUFF	UND	12	R\$ 17,53	R\$ 210,36
79	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 3,5	UND	12	R\$ 22,13	R\$ 265,56
80	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 4,0	UND	12	R\$ 21,63	R\$ 259,56
81	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 8,0	UND	36	R\$ 23,58	R\$ 848,88
82	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 9,0	UND	12	R\$ 21,94	R\$ 263,28
83	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 9,5	UND	12	R\$ 28,29	R\$ 339,48
84	PÓ PROTETOR PARA OSTOMIA	UND	72	R\$ 65,51	R\$ 4.716,72
85	BR0267574 - CLORETO DE SÓDIO, DOSAGEM: 20%, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	UND	12	R\$ 0,65	R\$ 7,80
86	GELO RÍGIDO / REUTILIZÁVEL 550ML	UND	192	R\$ 8,83	R\$ 1.695,36
87	CAIXA TÉRMICA 15L COM TERMÔMETRO DIGITAL	UND	48	R\$ 451,53	R\$ 21.673,44

88	BR0321787 - ESPAÇADOR, INALAÇÃO DE BRONCODILATADOR (ADULTO)	UND	12	R\$ 54,08	R\$ 648,96
89	BR0357699 - ESPAÇADOR, INALAÇÃO DE BRONCODILATADOR (TAMANHO P DE 0 A 2 ANOS)	UND	48	R\$ 41,41	R\$ 1.987,68
90	BR0362097 - ESPAÇADOR, INALAÇÃO DE BRONCODILATADOR (TAMANHO M DE 2 A 13 ANOS)	UND	48	R\$ 33,32	R\$ 1.599,36
91	BATERIA ALCALINA, VOLTAGEM 9V	UND	72	R\$ 23,00	R\$ 1.656,00
92	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 4,5 C/ CUFF	UND	12	R\$ 22,16	R\$ 265,92
93	BR0270092 - GLICOSE 5%, 500ML	UND	216	R\$ 11,14	R\$ 2.406,24
94	BR 0270092 - GLICOSE 5%, 100ML	UND	72	R\$ 9,02	R\$ 649,44
95	BR0269881 - CLOREXIDINA DIGLUCONATO, 0,2%, SOLUÇÃO AQUOSA	UND	1164	R\$ 4,00	R\$ 4.656,00
96	KIT 30 PONTOS SEMENTE AURICULAR C/ MICROPONE C/70 PONTOS CADA	UND	12	R\$ 154,81	R\$ 1.857,72
97	BR0270585 - DISPOSITIVO P/ INCONTINÊNCIA URINÁRIA C/ EXTENSOR Nº 5	UND	216	R\$ 2,76	R\$ 596,16
98	BR0471166 - PORTA AGULHA DE MAYO HEGAR 16CM, EM AÇO INOXIDÁVEL	UND	40	R\$ 67,55	R\$ 2.702,00
99	BR0477276 - PASTA PROTETORA PARA/ OSTOMIA	UND	48	R\$ 112,83	R\$ 5.415,84
100	BR0439115 - FRASCO COLETOR, TIPO:UNIVERSAL, MATERIAL:PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 80 ML.	FRC	22320	R\$ 1,04	R\$ 23.212,80
101	BR0279760 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº6	UND	2640	R\$ 1,58	R\$ 4.171,20

102	BR0279763 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº8	UND	9480	R\$ 1,45	R\$ 13.746,00
103	BR0439996 - COMPRESSA DE GAZE ALGODONADA 15X30CM	UND	47760	R\$ 2,24	R\$ 106.982,40
104	BR0435898 - SONDA NASOENTERAL COM FIO GUIA Nº06	UND	324	R\$ 13,31	R\$ 4.312,44
105	ÁLCOOL ABSOLUTO 99,5%. EMBALAGEM CONTENDO 1L.	UND	420	R\$ 12,56	R\$ 5.275,20
106	BR0441984 - VÁLVULA REGULADORA EM Y PARA OXIGENIO	UND	12	R\$ 146,93	R\$ 1.763,16
107	BR0249870 - PINÇA KELLY RETA EM AÇO INOXIDÁVEL, 14 CM, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UND	96	R\$ 40,34	R\$ 3.872,64
108	BR0250176 - PINÇA POZZI EM AÇO INOXIDÁVEL PARA IMPLANTAÇÃO DE DIU	UND	24	R\$ 76,25	R\$ 1.830,00
109	BR0268958 - COLAGENASE 0,6UI/G, 30G	UND	1656	R\$ 70,34	R\$ 116.483,04
110	BR0269838 - LUVA PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO TAMANHO 7,5, caixas com 50	CX	1596	R\$ 137,94	R\$ 220.152,24
111	BR0269845 - LIDOCAÍNA SPRAY 10%	UND	24	R\$ 56,39	R\$ 1.353,36
112	BR0269846 - LIDOCAÍNA GELEIA 2% GELEIA 30G	UND	1284	R\$ 20,48	R\$ 26.296,32
113	BR0269878 - CLOREXIDINA, SOLUÇÃO ALCOÓLICA A 0,5%, 100ML.	UND	1044	R\$ 5,82	R\$ 6.076,08
114	BR0269892 - LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, TAMANHO GRANDE CX 100	CX	1152	R\$ 26,11	R\$ 30.078,72
115	BR0269894 - LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, TAMANHO PEQUENO CX 100	CX	2844	R\$ 21,43	R\$ 60.946,92
116	BR0269941 - ÁLCOOL ETÍLICO, HIDRATADO: 70% (70°GL), APRESEN-	FRC	2748	R\$ 12,99	R\$ 35.696,52

	TAÇÃO:LÍQUIDO. FRASCO 1000,00 ML. UND				
117	BR0269943 - ÁLCOOL ETÍLICO, HIDRATADO:70% (70°GL), APRESENTAÇÃO:GEL. FRASCO 1000,00 ML.	FRC	264	R\$ 11,03	R\$ 2.911,92
118	BR0269947 - LUVA PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO TAMANHO 8,5 PAR	PAR	240	R\$ 2,16	R\$ 518,40
119	BR0270495 - COLAGENASE + CLO-RAFENICOL 0,6UI/10 MG POMADA 30G	UND	648	R\$ 68,13	R\$ 44.148,24
120	BR0272089 - SULFADIAZINA, PRINCÍPIO ATIVO:DE PRATA, DOSAGEM:1%, INDICAÇÃO:CREME, BISNAGA 50,00 G	UND	1428	R\$ 21,10	R\$ 30.130,80
121	BR0276340 - LUVA PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO TAMANHO 8,0 PAR	PAR	9360	R\$ 2,87	R\$ 26.863,20
122	BR0276342 - LUVA PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO TAMANHO 7,0 PAR	PAR	7440	R\$ 2,39	R\$ 17.781,60
123	BR0276839 - AGUA DESTILADA, AMPOLA 10,00 ML (ÁGUA PARA INJEÇÃO)	AMP	8340	R\$ 0,84	R\$ 7.005,60
124	BR0277440 - COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO COM CAPACIDADE DE 2000 ML	UND	2124	R\$ 8,30	R\$ 17.629,20
125	BR0277587- CATETER OXIGENOTERAPIA Nº 6	UND	120	R\$ 1,81	R\$ 217,20
126	BR0277588 - CATETER OXIGENOTERAPIA Nº 10	UND	120	R\$ 1,65	R\$ 198,00
127	BR0277589 - CATETER OXIGENOTERAPIA Nº 08	UND	120	R\$ 1,61	R\$ 193,20
128	BR0278705 - CLAMP UMBILICAL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UND	60	R\$ 1,00	R\$ 60,00

129	BR0279726 - ALGODÃO HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO: EM MANTAS.	UND	1452	R\$ 24,42	R\$ 35.457,84
130	BR0279761 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº14	UND	1980	R\$ 1,57	R\$ 3.108,60
131	BR0279762 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº16	UND	60	R\$ 1,83	R\$ 109,80
132	BR0281141 - EXTENSOR PARA OXIGENOTERAPIA COM CONECTOR 2M	UND	120	R\$ 6,19	R\$ 742,80
133	BR0281197 - FIO DE SUTURA, CAT-GUT SIMPLES C/ AGULHA, FIO:2-0, CX C/24	CX	48	R\$ 130,33	R\$ 6.255,84
134	BR0281201 - CURATIVO ALGINATO DE CALCIO E SODIO, PLACA C/ MARCAÇÃO PARA CORTE, 10X10	UND	300	R\$ 25,28	R\$ 7.584,00
135	BR0281321 - FIO DE SUTURA, N- YLON MONOFILAMENTO 6-0	UND	24	R\$ 2,40	R\$ 57,60
136	BR0281323 - FIO DE SUTURA, N- YLON MONOFILAMENTO 2-0	UND	48	R\$ 3,08	R\$ 147,84
137	BR0281325- FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO 4-0 COM AG 3/8 CIRCULAR, unidade	UND	876	R\$ 3,10	R\$ 2.715,60
138	BR0281420 - CATETER OXIGENOTERAPIA, TIPO ÓCULOS, TIPO U-SO:DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.TAM: ADULTO	UND	420	R\$ 3,35	R\$ 1.407,00
139	BR0281424 - UMIDIFICADOR EM POLIPROPILENO, 250 ML PARA OXIGENOTERAPIA	UND	960	R\$ 42,93	R\$ 41.212,80
140	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR (3,5ML).	UND	10.000	R\$ 1,33	R\$ 13.300,00
141	BR0428103- FLUORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO: 2%, FORMA FARMACÊUTICA: GEL TIXOTRÓPI-	FRC	1000	R\$ 13,56	R\$ 13.560,00

	CO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: NEUTRO- FRASCO 200,00 ML				
142	BR0404585- HIDRÓXIDO DE CÁLCIO USO ODONTOLÓGICO, ASPECTO FÍSICO: PÓ- FRASCO 10,00 G	FRC	200	R\$ 15,11	R\$ 3.022,00
143	BR0417702- PASTA PROFILÁTICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: PEDRA PO- MES, COMPOSIÇÃO: LAURIL SUL- FATO DE SÓDIO, CARACTERÍSTI- CAS ADICIONAIS:COM FLÚOR- BISNAGA 90,00 G	BIS	200	R\$ 14,30	R\$ 2.860,00
144	BR0406147- MATRIZ ODONTOLÓGI- CA, MATERIAL:POLIÉSTER, TI- PO:PRÉ-CORTADA, FORMATO:FITA, APRESENTAÇÃO:ENVELOPE 50 FO- LHAS DE 10 CM, LARGURA:10 MM, TIPO USO: DESCARTÁVEL, PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	140	R\$ 7,96	R\$ 1.114,40
145	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESI- NAS, ESPECIFICAÇÃO: APARELHO LED SEM FIO, COM 3 MODOS DE OPERAÇÃO, COM POTÊNCIA DE LUZ DE NO MÍNIMO 1500 MW/CM2, COM PROTETOR OCULAR. BIVOLT E NO MÍNIMO 1 ANO DE GARANTIA	UND	2	R\$ 643,54	R\$ 1.287,08
146	BR0281657 / ÁCIDOS GRAXOS ES- SENCIAIS; LOÇÃO OLEOSA; FRAS- CO 100 ML	UND	2592	R\$ 22,95	R\$ 59.486,40
147	BR0281879 - FIO DE SUTURA, N- YLON MONOFILAMENTO 3-0 COM AG 3/8 CIRCULAR CX COM 24	CX	108	R\$ 56,43	R\$ 6.094,44
148	BR0282205 - CATETER OXIGENOTE- RAPIA, TIPO ÓCULOS, TIPO U- SO:DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, TAM: INFANTIL.	UND	72	R\$ 2,36	R\$ 169,92
149	BR0284593 - FIO DE SUTURA, N- YLON MONOFILAMENTO 5-0 COM AG 3/8 CIRCULAR CAIXA COM 24	CX	36	R\$ 47,62	R\$ 1.714,32

150	BR0289702 - PLACA PARA SEMENTE AURICULAR EM ACRÍLICO, 260 ESPAÇOS (12X18CM)	UND	36	R\$ 47,01	R\$ 1.692,36
151	BR0289967 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº10	UND	3720	R\$ 1,42	R\$ 5.282,40
152	BR0297269 - CATETER OXIGENOTERAPIA Nº 12	UND	120	R\$ 1,63	R\$ 195,60
153	BR0298538 - MÁSCARA N95	UND	2880	R\$ 2,35	R\$ 6.768,00
154	BR0313630 - LAMINA DE BISTURI Nº22, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	120	R\$ 46,19	R\$ 5.542,80
155	BR0313631 - LAMINA DE BISTURI Nº23, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	72	R\$ 44,60	R\$ 3.211,20
156	BR0319435 - FILTRO BARREIRA DE BACTÉRIAS E VÍRUS	UND	108	R\$ 6,51	R\$ 703,08
157	BR0327930 - ASPIRADOR DE SECREÇÕES PARA REDE DE VÁCUO, DESMONTÁVEL, ESTERELIZÁVEL	UND	120	R\$ 571,33	R\$ 68.559,60
158	BR0328903 - PINÇA CHERON EM AÇO INOXIDÁVEL PARA IMPLANTAÇÃO DE DIU	UND	24	R\$ 123,52	R\$ 2.964,48
159	BR0332343 - FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE, INDICADOR QUÍMICO, P/ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, 19MMX30M	UND	84	R\$ 7,05	R\$ 592,20
160	BR0337450 - LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, SEM PÓ, TAMANHO MÉDIO, caixas	CX	3456	R\$ 29,97	R\$ 103.576,32
161	BR0341923 - MÁSCARA CIRÚRGICA C/ ELÁSTICO, DESCARTÁVEL, TRIPLA CAMADA CX 100	CX	1692	R\$ 19,19	R\$ 32.469,48
162	BR0350646 - FITA ADESIVA CREPE 19MMX50M BRANCA	UND	588	R\$ 6,71	R\$ 3.945,48
163	BR0352012 - PAPEL LENÇOL HOSPITALAR TAMANHO 0,70 CX 50 M	UND	600	R\$ 21,14	R\$ 12.684,00

164	BR0352317 - ÁGUA DESTILADA 1000ML (ÁGUA PARA INJEÇÃO)	UND	84	R\$ 13,73	R\$ 1.153,32
165	BR0352317 - ÁGUA DESTILADA 5L (ÁGUA PARA INJEÇÃO)	UND	1020	R\$ 22,08	R\$ 22.521,60
166	BR0352503 - REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, COMPOSIÇÃO BÁSICA:CLORO LIVRE 1,1 PPM (300) TESTES	CX	12	R\$ 181,00	R\$ 2.172,00
167	BR0357880 - GLICOSE 5%, 250ML	UND	36	R\$ 7,23	R\$ 260,28
168	BR0363484 - COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, 07 L	UND	792	R\$ 8,69	R\$ 6.882,48
169	BR0366913 - GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO:5% + 0,9%, 250ML	UND	144	R\$ 11,22	R\$ 1.615,68
170	BR0366913 - GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO:5% + 0,9%, 500ML	UND	84	R\$ 13,00	R\$ 1.092,00
171	BR0369794 - TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL	UND	24	R\$ 101,71	R\$ 2.441,04
172	BR0371126 - ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, APRESENTAÇÃO: CREME	UND	360	R\$ 22,43	R\$ 8.074,80
173	BR0373528 - ÓCULOS DE PROTEÇÃO (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL)	UND	168	R\$ 6,72	R\$ 1.128,96
174	BR0373735 - Sonda de Aspiração TRAQUEAL Nº12	UND	7800	R\$ 1,44	R\$ 11.232,00
175	BR0375041 - AVENTAL DESCARTÁVEL, 30G/M2, MANGA LONGA, PU- NHO COM ELÁSTICO, TNT 100% POLIPROPILENO	UND	2500	R\$ 4,33	R\$ 10.825,00
176	BR0381138 - LANTERNA CLINICA	UND	144	R\$ 41,22	R\$ 5.935,68
177	BR0381974 - BANDAGEM ELÁSTICA, AUTO-ADERENTE, 100MMX4,5MT, COM FIBRAS ELÁSTICAS	UND	48	R\$ 57,81	R\$ 2.774,88

178	BR0395533 - FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL ESTÉRIL, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 500 ML,	UND	6600	R\$ 2,54	R\$ 16.764,00
179	BR0395534 - FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL NÃO ESTÉRIL, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE: 500 ML,	UND	600	R\$ 3,17	R\$ 1.902,00
180	BR0395537 - FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL ESTÉRIL, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, 300ML	UND	600	R\$ 2,58	R\$ 1.548,00
181	BR0397502 - AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 21 G X 1" (25X0,8MM), caixa com 100 unidades	CX	48	R\$ 13,89	R\$ 666,72
182	BR0397510 - AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 24 G X 3/4" (20X0,55 MM), caixa com 100 unidades	CX	36	R\$ 17,84	R\$ 642,24
183	BR0397513 - AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 26 G X 1/2" (13X4,5MM), caixa com 100 unidades	CX	36	R\$ 16,75	R\$ 603,00
184	BR0402816 - CURATIVO ALGINATO DE CÁLCIO, PLACA, 10X10CM	UND	240	R\$ 20,29	R\$ 4.869,60
185	BR0406756 - CURATIVO HIDROCOLÓIDE, 10X10CM	UND	360	R\$ 13,54	R\$ 4.874,40
186	BR0412392 - CUBA REDONDA - DIMENSÕES 10 X 5 CM CAPACIDADE 300 ML MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL	UND	48	R\$ 36,24	R\$ 1.739,52
187	BR0414541 - KIT LARINGOSCÓPIO COM LÂMINAS INFANTIL	UND	12	R\$ 717,62	R\$ 8.611,44
188	BR0415924 - KIT LARINGOSCÓPIO COM LÂMINAS ADULTO	UND	12	R\$ 697,33	R\$ 8.367,96
189	BR0419405 - COLETOR DE URINA	UND	420	R\$ 0,81	R\$ 340,20

	INFANTIL COM ADESIVO HIPOA- LERGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁ- VEL				
190	BR0425771 - OTOSCÓPIO PORTÁTIL COM CABO DE METAL	UND	72	R\$ 452,67	R\$ 32.592,24
191	BR0427493 - ADIPÔMETRO ANALÓ- GICO	UND	48	R\$ 203,60	R\$ 9.772,80
192	BR0428464 - COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO COM CAPACI- DADE DE 1500ML	UND	7680	R\$ 5,75	R\$ 44.160,00
193	BR0428625 - TOUCA HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, SEM COR, PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	8328	R\$ 13,60	R\$ 113.260,80
194	BR0428798 - EQUIPO MACROGOTAS, TIPO DE EQUIPO:DE INFUSÃO, MA- TERIAL:PVC FLEXÍVEL	UND	12840	R\$ 2,71	R\$ 34.796,40
195	BR0428801 - EQUIPO MICROGOTAS, TIPO DE EQUIPO:DE INFUSÃO, MA- TERIAL:PVC FLEXÍVEL	UND	60	R\$ 2,50	R\$ 150,00
196	BR0431085 - SUPORTE EM METAL PARA CAIXA COLETORA DE MA- TERIAL PÉRFURO CORTANTE 13LT	UND	50	R\$ 35,44	R\$ 1.772,00
197	BR0432468 - ESFIGMOMANÔMETRO ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRA- ÇO. TAMANHO: ADULTO	UND	192	R\$ 66,29	R\$ 12.727,68
198	BR0432472 - ESFIGMOMANÔMETRO ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRA- ÇO. TAMANHO: INFANTIL	UND	84	R\$ 71,28	R\$ 5.987,52
199	BR0432482 - ESFIGMOMANÔMETRO DIGITAL, DE PULSO. TAMANHO: ADULTO	UND	84	R\$ 165,58	R\$ 13.908,72
200	BR0437181 - JELCO Nº 14, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	60	R\$ 119,07	R\$ 7.144,20
201	BR0437183 - JELCO Nº 18, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	48	R\$ 112,93	R\$ 5.420,64

202	BR0437184 - JELCO Nº 20, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	180	R\$ 133,66	R\$ 24.058,80
203	BR0437185 - JELCO Nº 22, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	240	R\$ 107,39	R\$ 25.773,60
204	BR0437186 - JELCO Nº 24, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	192	R\$ 108,27	R\$ 20.787,84
205	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DE RISCO VERDE	UND	29.000	R\$ 0,81	R\$ 23.490,00
206	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DE RISCO AMARELA	UND	2.400	R\$ 0,81	R\$ 1.944,00
207	BR0433911 - CURATIVO EM GEL, REVESTIMENTO:COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CARMELOSE	UND	60	R\$ 35,47	R\$ 2.128,20
208	BR0435416 - MICRONEBULIZADOR SAÍDA PARA AR COMPRIMIDO, ADULTO	UND	120	R\$ 19,17	R\$ 2.300,40
209	BR0435417 - MICRONEBULIZADOR SAÍDA PARA AR COMPRIMIDO, INFANTIL	UND	36	R\$ 14,16	R\$ 509,76
210	BR0435624 - ESFIGMOMANÔMETRO ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRAÇO. TAMANHO: ADULTO OBESO	UND	60	R\$ 130,12	R\$ 7.807,20
TOTAL					R\$ 3.177.074,15

1.2. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que o objeto a ser contratado enquadra-se como bens comuns, conforme dispõe a **Lei nº14.133/2021** e o **Art. 43 do Decreto municipal nº377/2023**, por possuir padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado.

1.2.1. Considera-se bem de consumo todo material que atenda a, no mínimo um dos seguintes critérios:

I - Durabilidade: em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso no prazo de dois anos;

II - Fragilidade: facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;

III - Perecibilidade: sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;

IV - Incorporabilidade: destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou

V - Transformabilidade: adquirido para fins de utilização como matéria - prima ou matéria - intermediária para a geração de outro bem.

1.2.2. Considera - se bem de consumo comum aquele cujas características técnicas e funcionais limitam - se a atender a demanda dos órgãos e entidades contratantes quanto à necessidade e à utilidade.

1.2.3. Por todo exposto e consoante resta claro que os produtos a serem contratados são facilmente definidos e estão disponíveis no mercado correspondente, são comuns, sendo, dessa forma, obrigatória a adoção da modalidade Pregão.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. Ao se debruçar sobre as alternativas existentes, ponderando-se os encargos de cada uma das medidas, entende-se como formato mais apropriado o apresentado por este documento.

2.2. Apresenta-se como solução mais adequada, escolhida por esta instituição, a **aquisição de todos os itens presentes neste documento**. Para que se fosse possível chegar nessa conclusão foi levada em consideração a forma como itens similares são adquiridos por outras instituições públicas e diversos outros fatores que convergem para a eficiência operacional e o alcance de resultados de alta qualidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O ambiente hospitalar possui uma diversidade de equipamentos que são imprescindíveis para a realização de determinados exames e procedimentos importantes. Quanto mais equipado for o lugar, mais completo será o atendimento.

3.2. O funcionamento dos serviços de saúde depende de uma série de artigos e produtos para o atendimento aos pacientes, como por exemplo: aventais descartáveis, toucas, luvas descartá-

veis, seringas, ataduras, campo operatório e muitos outros artigos extremamente necessários para o atendimento eficiente da população sancristovense.

3.3. Dado o exposto, caracteriza-se a aquisição desses materiais como algo essencial, pois assegurará a oferta de cuidados especificados neste documento, visando um melhor atendimento às demandas originárias das necessidades rotineiras e essenciais ao funcionamento dos serviços de saúde do Município de São Cristóvão/SE.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. A empresa proponente deverá apresentar, no momento solicitado, uma declaração de total ciência, aceitação e submissão às condições deste Termo de Referência.

4.1.2. As propostas devem discriminar detalhadamente os valores orçados conforme as especificações presentes neste Termo de Referência e seus anexos, valor unitário por item e valor global do grupo.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal de 1988, à Lei nº 14.133/2021, à instrução normativa municipal nº002 de 02 de fevereiro de 2024, ao decreto municipal nº145 de 20 de março de 2024 e a outras legislações aplicáveis;

4.4. Requisitos Temporais

4.4.1. O objeto solicitado deverá ser entregue no prazo máximo de até de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento do empenho, acompanhado da nota fiscal emitida referente ao objeto requisitado e entregue, devendo esta ser conferida e atestada por servidor competente.

4.4.2. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias úteis. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.5. Requisitos de Experiência Profissional

4.5.1. O item objeto deste processo deverá ser fornecido por empresas devidamente capacitadas, que tenham experiência na área em questão e possua todos os recursos, equipamentos e materiais necessários para a prestação dos serviços.

4.6. Requisitos de Formação da Equipe

4.6.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação, desde que o mesmo comprove sua experiência profissional e aptidão para a prestação dos serviços.

4.7. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.7.1. A prestação dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado da requisição/solicitação devidamente assinada, com a identificação do respectivo servidor público municipal competente.

4.7.2. A requisição/solicitação indicará o item, a quantidade e a localidade que será fornecido.

4.7.3. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: De segunda a sexta, no horário das 08 h às 16 h de maneira eletrônica ou por via telefônica.

4.8. Sustentabilidade

4.8.1. Devem ser atendidos requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Quando possível, a empresa deverá optar por produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental, produtos que geram menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA;

5.1.2. Notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas nos produtos fornecidos;

5.1.3. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após o aceite dos produtos

fornecidos;

5.1.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

5.1.5. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos produtos;

5.1.6. Designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização dos fornecimentos.

5.2. São obrigações da CONTRATADA:

5.2.1. Fornecer os objetos na quantidade correta conforme consta neste Termo de Referência, bem como, na proposta apresentada em sessão, e valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sendo observadas as exigências e informações do servidor municipal designado, sem nenhum custo oneroso para esta Administração em relação ao fornecimento do objeto;

5.2.2. Fornecer, transportar e entregar com pontualidade o objeto solicitado conforme requisição/solicitação emitida pela Secretaria a qual deverá estar devidamente assinada por servidor competente para tal;

5.2.3. Assegurar o fornecimento do objeto licitado devidamente instalados, quando for o caso, no prazo estipulado neste Termo de Referência;

5.2.4. Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo transporte (frete), entrega, instalação, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento;

5.2.5. Arcar com qualquer prejuízo causado ao material em decorrência de seu transporte;

5.2.6. Substituir no prazo imediato os produtos constantes neste Termo de Referência de que vierem apresentar defeito de fabricação, transporte e/ou avarias na embalagem, sem qualquer ônus para a Administração e apresentar garantia do objeto licitado.

5.2.7. Trocar, reparar/corrigir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, às suas expensas os materiais caso venham a ser recusados no ato de recebimento, sendo que este ato não importará sua aceitação, independentemente da aplicação das sanções fabricação ou fornecimento do objeto;

5.2.8. Substituir, no prazo já estipulado, qualquer material que não esteja dentro do padrão de qualidade, em bom estado de conservação, estocagem e armazenamento, que apresentem defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações deste Termo e/ou na nota de empenho;

5.2.9. Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor do objeto;

5.2.10. Manter todas as condições de habilitação exigidas no Instrumento Convocatório do certame;

5.2.11. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado o Órgão Gerenciador/Órgãos Participantes ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos;

5.2.12. Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

5.2.13. Comunicar ao servidor responsável pelo acompanhamento do trâmite, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias;

5.2.14. Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo, portanto a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Condições de execução

6.1.1. O objeto será solicitado conforme a necessidade do Órgão Gerenciador, após a requisição/solicitação devidamente assinada, com a identificação do respectivo servidor público municipal competente.

6.1.2. O objeto solicitado deverá ser entregue no prazo máximo de até de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento do empenho, acompanhado da nota fiscal emitida referente ao objeto requisitado e entregue, devendo esta ser conferida e atestada por servidor competente.

6.1.3. O objeto solicitado deverá ser fornecido em embalagem original, intacta, contendo todas as informações necessárias e obrigatórias sobre fabricação, especificações técnicas e afins.

6.1.4. Para o seu recebimento, o agente fiscal verificará a qualidade e especificação do objeto fornecido em consonância com a proposta ofertada, realizará a conferência do Documento Fiscal e atestará o recebimento em seu verso.

6.1.5. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, no ato da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com o solicitado na licitação. A entrega deverá estar acompanhada da respectiva Nota Fiscal. Realizada a conferência inicial pelo responsável e se identificada conformidade das especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado;

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, seus anexos e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório realizado pelo servidor competente designado pelo Órgão Gerenciador.

6.1.5.1. Constatadas irregularidades no objeto fornecido, o Órgão Gerenciador poderá:

6.1.5.2. Se disser respeito à especificação e/ou qualidade do objeto fornecido, rejeitá-lo, determinando sua substituição ou rescindindo o fornecimento, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.1.6. Na hipótese de substituição, a Fornecedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço registrado.

6.1.7. Independentemente da aceitação, a Fornecedora garantirá a qualidade do objeto fornecido, obrigando-se a repor e/ou corrigir, às suas expensas os defeitos, falhas e possíveis irregularidades, caso ocorram em desacordo ao apresentado na proposta.

6.1.8. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Fornecedora sem ônus para o Órgão Gerenciador.

6.1.9. O Órgão Gerenciador se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto se estiver em desacordo com as especificações e condições contratuais, bem como aquele que não esteja dentro do padrão de qualidade e/ou apresente irregularidades.

6.1.10. A fiscalização será realizada, visando garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e pontualidade da entrega dos produtos constantes deste Termo de Referência, podendo em caso de inobservância destas condições o Fundo Municipal de Saúde poderá tomar toda e qualquer decisão, inclusive cancelamento e aplicação de sanções.

6.1.11. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime, previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

6.2. Local e horário da prestação dos serviços

6.2.1. **O Fundo Municipal de Saúde**, entrará em contato com a empresa vencedora, para que a mesma realize a entrega dos itens.

6.2.2. O prazo de entrega, após formalizada a solicitação, será de 15 (quinze) dias úteis, devendo ser entregue no local e horário descritos abaixo, sem nenhum custo oneroso para a contratante em relação à entrega do mesmo.

6.2.3. Local de entrega: No almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sediado à Rua João Bebe água, s/n, Centro, São Cristóvão/SE, CEP. 49100-000, no horário das 08:00 às 16:00 horas.

6.2.4. Horário: 08:00 às 16:00hs.

6.2.5. Pelo descumprimento do prazo de troca, será aplicada a sanção constante no item – **DAS SANÇÕES**, termo de referência.

6.2.6. A falta de quaisquer dos produtos, objeto deste certame, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou o não fornecimento objeto desta licitação e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

6.3. Materiais a serem disponibilizados

6.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1 deste termo de referência.

6.4. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.4.1. Cada requisição/solicitação conterá a quantidade de itens demandados, incluindo a sua localização, conforme descrito no item 6.2.3.

6.5. Mecanismos formais de comunicação

6.5.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o

Contratado, os seguintes:

- a) Ordem de Fornecimento;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamados;
- e) E-mails;

6.6. Formas de pagamento

6.6.1. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio neste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.5. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato e fornecimento dos itens.

7.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos

7.7. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários e ou equipamentos eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização dos defeitos observados ou diferenças nos materiais solicitados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Gestor do Contrato

7.8. Será designado posteriormente como GESTOR e FISCAL do contrato, funcionários qualificados do Fundo Municipal de Saúde deste município.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. O objeto será solicitado conforme a necessidade do Órgão Gerenciador, através de requisição/solicitação devidamente assinada, com a identificação do respectivo servidor público municipal competente.

8.2. Os itens deverão ser entregues nos prazos estabelecidos no item 6.2.2 deste TR após o recebimento da ordem de fornecimento, acompanhado da nota fiscal emitida referente ao objeto requisitado e entregue, devendo esta ser conferida e atestada por servidor competente.

8.3. O serviço solicitado deverá ser fornecido em total conformidade com o que foi pré -estabelecido no item das especificações, em conformidade com as características, quantidades e afins.

8.4. Para o seu recebimento, o agente fiscal verificará a qualidade e especificação do objeto fornecido em consonância com a proposta ofertada, realizará a conferência do Documento Fiscal e atestará o recebimento em seu verso.

8.5. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, no ato da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com o solicitado na licitação. A entrega deverá estar acompanhada da respectiva Nota Fiscal. Realizada a conferência inicial pelo responsável e se identificada conformidade das especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado;

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, seus anexos e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório realizado pelo servidor competente designado pelo Órgão Gerenciador.

8.5.1. Constatadas irregularidades no objeto fornecido, o Órgão Gerenciador poderá:

8.5.2. Se disser respeito à especificação e/ou qualidade do objeto fornecido, rejeitá-lo, determinando sua substituição ou rescindindo o fornecimento, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

8.5.3. Na hipótese de substituição, a Fornecedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço registrado.

8.5.4. Independentemente da aceitação, a Fornecedora garantirá a qualidade do objeto fornecido, obrigando-se a repor e/ou corrigir, às suas expensas os defeitos, falhas e possíveis irregularidades, caso ocorram em desacordo ao apresentado na proposta.

8.5.5. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Fornecedora sem ônus para o Órgão Gerenciador.

8.5.6. O Órgão Gerenciador se reserva no direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto se estiver em desacordo com as especificações e condições contratuais, bem como aquele que não esteja dentro do padrão de qualidade e/ou apresente irregularidades.

8.5.7. A fiscalização será realizada, visando garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e pontualidade da entrega dos produtos constantes deste Termo de Referência, podendo em caso de inobservância destas condições o Fundo Municipal de Saúde poderá tomar toda e qualquer decisão, inclusive cancelamento e aplicação de sanções.

8.5.8. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime, previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

Sanções administrativas e procedimentos para a retenção ou glosa no pagamento

8.6. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.6.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.6.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.6.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.6.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.6.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.6.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.6.7. Ensejar o atraso na disponibilização do acesso às ferramentas e serviços em relação ao mês previsto para início da execução do contrato, sem motivo justificado;

8.6.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;

8.6.9. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.6.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.6.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.6.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.6.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.7. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.6.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.6.4 a 8.6.6 e 8.6.8 a 8.6.12;

c) Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 8.6.7, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;

d) Multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 8.6.3 (inexecução total do contrato).

e) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.6.2 e 8.6.7 deste Termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.6.8 a 8.6.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.8.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.8.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.8.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.8.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

8.10. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.11. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à ad-

ministração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessária à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal adotado por este Regional.

8.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.16. Resta afastada qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito, força maior, fato ou ato de terceiro, desde que comprovados, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução do objeto.

Prazo de pagamentos

8.17. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária na conta-corrente da Contratante, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à Fornecedora, e será efetuado em até 30 dias após o Atesto de Recebimento do objeto.

Forma de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na licitação.

8.19. A Contratada deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência.

8.20. A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá estar acompanhada da(s) Requisição (ões) / solicitação (ões) de compras emitida pelo respectivo Órgão Requisitante responsável pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

8.21. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Fornecedora e deverá conter, em local de fácil visualização, o nº do Processo Administrativo, nº do Pregão e da Ordem de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.22. A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá estar acompanhada da(s) Requisição (ões) / solicitação (ões) de compras emitida pelo respectivo Órgão Requisitante responsável pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

8.23. É condição para o pagamento a apresentação de prova de regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Débitos Estaduais; Débito Municipal; Prova de Regularidade Relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.24. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. Para a contratação dos objetos definidos neste Termo de Referência, sugerimos o emprego da modalidade de licitação denominada PREGÃO ELETRÔNICO, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, utilizando o Sistema de Registro de Preços.

Da aplicação da margem de preferência

9.2. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1. Habilitação jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

c) o constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Provas de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Provas de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Material) e/ou Municipal (Serviço) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação econômico – financeira

9.4. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.5. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.6. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.6.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.6.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.6.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.6.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação.

9.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação técnica

9.10. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.11. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.12. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.13. Apresentar Licença Sanitária, devidamente atualizada e válida, emitida pela autoridade sanitária competente municipal ou estadual da sede da licitante, compatível com o objeto da licitação, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer;

9.14. Apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, compatível com o objeto da licitação, devidamente atualizada, de acordo com a RDC nº16, de 1º de abril de 2014.

9.15. Apresentar Registro dos Produtos ou a Notificação ou a Dispensa de Registro, vigente e atualizado, via impressão no site da Anvisa, de acordo com a RDC nº 185 de 22 de outubro de 2011 § 1º.

9.16. Certificado de regularidade da empresa licitante expedido pelo Conselho Regional de Farmácia, o qual deverá indicar o responsável técnico com o devido número de registro de classe.

9.17. Os materiais devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, devidamente identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA.

9.18. Ficará a cargo do proponente provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

9.19. Se o registro tiver vencido, a empresa deve apresentar cópia do protocolo em que solicita à ANVISA a renovação do certificado nos termos do art. 12 da Lei nº 6.360/76 e RDC 185/2001, que trata, entre outras coisas, da revalidação e do cancelamento do registro.

9.20. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Valor (R\$): R\$ R\$ 3.177.074,15

O custo estimado da contratação é de R\$ R\$ 3.177.074,15 (TRÊS MILHÕES E CENTO E SETENTA E SETE MIL E SETENTA E QUATRO REAIS E QUINZE CENTAVOS)

. A estimativa do valor da contratação foi feita por meio de pesquisa de mercado.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

U.O. 17009		
Ação	Fonte de recurso	Elemento de despesa
2701	15001002	33903000
2701	16000000	33903000
2701	16210000	33903000

2701	16593110	33903000
2701	15001002	33903200
2701	16000000	33903200
2701	16593110	33903200
2703	15001002	33903200
2703	16000000	33903200
2703	16210000	33903200
2706	15001002	33903000
2706	16000000	33903000
2707	15001002	33903000
2707	16000000	33903000
2708	15001002	33903000
2709	15001002	33903000

2709	16000000	33903000
2710	15001002	33903000
2710	16000000	3390300

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de SÃO CRISTÓVÃO, Estado de SERGIPE, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do Termo de referência, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

São Cristóvão/SE, 12 de Junho de 2024

Luan Rennery Alves Teixeira de Jesus

Referência Técnica de Planejamento da Contratação

Vanessa Meneses Costa

Diretora de Vigilância e Atenção à Saúde

12.15.4. ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2024
PREGÃO Nº xxx/2024PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX.XXXX
FORNECEDOR XXXXXX

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.370.658/0001-01, neste ato representada pela Secretária Sra. **FERNANDA RODRIGUES DE SANTANA GÓES**, doravante denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR**, e a empresa a seguir descrita, e, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, (----nome da empresa----), email (----endereço de email), Telefone (----numero telefone-----), inscrita no CNPJ sob nº (----xx.xxx.xxx/xxxx-xx----), Cep (----xxxxx-xxx-----), endereço (---Rua/Av, nº----), Bairro (----xxxxxx----), Estado (-----xxxxxxxx-----), resolvem na forma da Lei n. 10.520/02 e seu Regulamento, o Decreto nº. 335/2019, que instituiu a modalidade Pregão Eletrônico e, subsidiariamente, à Lei n. 814.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n. 537/13 que regulamento o Registro de Preços, Instrução Normativa n. 002/2017, Decreto Municipal n. 369/2017 que regulamenta os processos de pagamento, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do Município, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei no 8.666, de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. A aquisição de medicamento e materiais médico-hospitalares, a fim de atender as necessidades específicas e estratégicas relacionadas à saúde pública e ao fortalecimento da atenção primária no município de São Cristóvão/SE.

1. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº xxx/2024 FMS e seus Anexos, o qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, a proposta do Fornecedor Registrado.

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados são os seguintes:

Valor Total : R\$ XXXXXXXX

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARC A	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento. E sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador a época da abertura da proposta, bem como os descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Fornecedor com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera o fornecedor de suas responsabilidades contratuais.

§3º- Serão nomeados, por portaria, para atuarem como gestor e fiscal desta Ata de Registro de Preços, respectivamente, referente à Gestor e fiscalização dos objetos prestados pela CONTRATADA, os servidores assim designados conforme portaria.

5. DA FORMALIZAÇÃO DA DESPESA

6.1. A formalização da Ata de Registro de Preços não gera ao beneficiário direito de fornecimento, mas apenas mera expectativa de contratação.

6.2. A formalização da Ata de Registro de Preços só gera ao beneficiário do registro a obrigação de fornecimento quando recebido a ORDEM DE FORNECIMENTO juntamente com sua Nota de Empenho.

6.3. Os materiais deverão ser fornecidos de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, de forma parcelada da seguinte forma:

6.3.1. A Secretaria Municipal de Saúde expedirá a Ordem de Fornecimento, com a descrição do material, indicando o nome e quantidade do produto;

6.3.2. Os materiais deverão ser fornecidos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

6.4. O prazo de entrega dos materiais não poderá exceder ao estabelecido no subitem 6.3.2, sob pena de ser advertido e posteriormente penalizado, conforme prevê o item 12 desta ARP, juntamente com a lei nº 14.133/21.

6.5. O Fornecedor deve substituir, às suas expensas, no total ou em parte, materiais cuja aparência, qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificar

vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

6.6. Os materiais deverão estar em perfeição com as embalagens, bem como estar em perfeitas condições de acondicionamento e não possuir qualquer tipo de violação, ou seja, não devem estar danificados, amassados, embalagens abertas ou rasgadas.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
- c) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- d) houver razões de interesse público.

7.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da Autoridade Superior.

7.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados e justificados.

8 DA DATA DE REGISTRO DE PREÇO

8.1- A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar qualquer contratação, nem ao menos nos valores estimados, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento dos materiais, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

8.3 - O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município optar pelo fornecimento cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

8.4 - O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

8.5 - O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

I - gerenciar a Ata de Registro de Preços;

II - prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

III - emitir pareceres sobre atos relativos a execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização no fornecimento dos materiais, a exigência de condições estabelecidas no Edital e a proposta de aplicação de sanções;

IV - assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

V - assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

VI – conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação

de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

VII - fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Fornecedor Registrado;

VIII - a fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução no fornecimento dos materiais.

10.DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

10.1. São obrigações do fornecedor registrado:

I - manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços,

II - comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

III - atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

IV - abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

11.DAS ADESÕES A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 573/2013, Lei nº 14.133/21 e na Lei nº 10.520/02, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

11.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos valores e descontos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.3. As aquisições ou contratações adicionais aqui referidas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

11.4. os valores decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do valor de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar a documentação exigida no certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de São Cristóvão - Sergipe, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais;

12.2. Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o órgão Gerenciador poderá aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por hora de atraso que exceder os 05 (cinco) dias, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do fornecimento, em decorrência de atraso injustificado na entrega dos materiais;

b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do fornecimento, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo.

12.3. As multas estabelecidas serão entendidas como independentes, podendo ser cumulativas, sendo descontadas dos pagamentos devidos pelo órgão gerenciador ou cobradas judicialmente;

12.4. Se a licitante vencedora não recolher o valor da multa compensatória que porventura for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, serão então acrescidos os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

12.5. O não comparecimento injustificado para assinar da Ata de Registro de Preços ou retirar receber a Ordem de Fornecimento dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação escrita, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, sujeitando-se a licitante faltosa ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do respectivo instrumento, sem prejuízo das demais sanções legais previstas nesta cláusula e na legislação pertinente;

12.6. Quando a licitante vencedora motivar cancelamento da Ata de Registro de Preços, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para o Órgão Gerenciador;

12.7. Aplicam-se nos casos omissos as normas da Lei nº. 10.520/02 e da Lei 14.133/21, com alterações posteriores, Decreto Municipal nº 355/2019.

13.DA PUBLICAÇÃO

13.1. A publicação do extrato da Ata de Registro de Preços deverá de realizada na Imprensa Oficial, na forma prevista na Lei nº 14.133/21, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão fará parte desta Ata de Registro de Preços.

15. DO FORO

15.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca do Município de São Cristóvão, estado de Sergipe.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, e assinada em 3 (três) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via na Comissão permanente de Licitação deste Município.

São Cristóvão/SE, XXXXXXXXXXXXXXXX de 2024.

Fernanda Rodrigues de Santana Góes

Secretária Municipal de Saúde

Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

CPF:

2- _____

CPF

12.15.6. ANEXO VI – MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO

Processo nº: __/2024

Modalidade: Pregão __/2024

Edital nº: __/2024

Forma: Eletrônica

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Refere-se à _____.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:

CNPJ:

INSC. ESTADUAL:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

TELEFONE:

E-MAIL:

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS:

Banco:

Agência:

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome/ Nacionalidade/ Estado Civil/ RG/ CPF/.

E-mail

Telefone:

1. Planilha da Proposta:

Item	Un	Qtd.	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total do Item
Valor Global da Proposta: R\$ _____ (_____)						

2. Validade da Proposta 60 dias);

3. A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final;

4. Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no Anexo I - termo de referência;

5. O preço proposto deve compreender todas as despesas concernentes ao fornecimento do (s) material (is), bem como Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, que deverão correr totalmente por conta da Empresa vencedora;

6. Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;

7. Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8. Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme art.9 da lei 14.133/21, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

9. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 156 da Lei nº. 14.133 /21.

_____/____ de _____ de 2024.

Razão Social da Empresa
Nº CNPJ
Representante Legal

Itáverton Madureira Santana Souza
Pregoeiro

SECRETARIA
MUNICIPAL
DE SAÚDE

 **SÃO
CRISTÓVÃO**
PREFEITURA
Cidade Mãe de Sergipe



CIDADE
MAIS ANTIGA
DO BRASIL



Uniluz Institute
Educational, Scientific and
Cultural Organization



ANEXO VII – PAINEL E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO - LICITANET

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2024
PREGÃO Nº xxx/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xx.xxx

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO/ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	CÓDIGO	EXCLUSIVO ME-EPP? (SIM ou Não)	INTERVALO MÍNIMO	EXIBIR VALOR ORÇADO? (SIM ou NÃO)
1	BR0269978 - COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5CM 13 FIOS, ESTÉRIL, PACOTE C/ 10 UNIDADES DE GAZE	PCT	148284	R\$ 1,13		NÃO	0,01	SIM
2	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 500ML	UND	9585	R\$ 16,08		NÃO	0,01	SIM
3	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 250ML	UND	8955	R\$ 11,69		NÃO	0,01	SIM
4	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 100ML	UND	9585	R\$ 11,67		NÃO	0,01	SIM
5	BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 1000ML	UND	2328	R\$ 12,55		SIM	0,01	SIM
6	BR0375911 - TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR (5ML)	UND	3840	R\$ 1,20		SIM	0,01	SIM
7	BR0303292 - SOLUÇÃO RINGER C/LACTATO, 500ML	UND	624	R\$ 15,84		SIM	0,01	SIM
8	BR0423465 - ABAIXADOR LÍNGUA, MATERIAL:MADEIRA, TIPO:DESCARTÁVEL, PCT 100 UND	PCT	732	R\$ 11,23		SIM	0,01	SIM
9	BR0429284 - AGULHA PARA ACUPUNTURA 40X25 MM	CX	36	R\$ 32,13		SIM	0,01	SIM
10	BR0378432 - AGULHA PARA ACUPUNTURA 30X25	CX	36	R\$ 34,51		SIM	0,01	SIM

	MM							
11	BR0267540 - GLICOSE, CONCENTRAÇÃO: 25%, SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 10,00 ML.	AMP	1128	R\$ 0,68		SIM	0,01	SIM
12	BR0478145 - BANDAGEM ELÁSTICA, MALHA DE ALGODÃO COM SISTEMA P/ FIXAÇÃO, ROLO	ROL	96	R\$ 29,10		SIM	0,01	SIM
13	BR0381974 - BANDAGEM ELÁSTICA, AUTO-ADERENTE, 100MMX4,5MT, COM FIBRAS ELÁSTICAS	UND	84	R\$ 22,29		SIM	0,01	SIM
14	BR0397453 - BANDAGEM ELÁSTICA, AUTO-ADERENTE, 50MMX4,5MT, COM FIBRAS ELÁSTICAS	UND	72	R\$ 23,48		SIM	0,01	SIM
15	BR0428473 - ASPIRADOR DE SECREÇÕES, TIPO:PORTÁTIL,ELÉTRICO, CAPACIDADE FRASCO COLETOR: CERCA DE 1300 ML	UND	96	R\$ 621,46		SIM	0,01	SIM
16	BR0363482 - COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, 13 L	UND	2580	R\$ 10,50		SIM	0,01	SIM
17	BR0300700 - CATETER OXIGENOTERAPIA Nº 14		252	R\$ 1,41		SIM	0,01	SIM
18	BR0324327- ESTESIÔMETRO, KIT DE MONOFILAMENTOS PARA TESTE DE SENSIBILIDADE Dimensões 11x7x1 cm (CxLxA) Quantidade 7 pares de monofilamentos e 7 tubos transparentes Intensidades Verde: 0,05g / Azul: 0,2g / Violeta: 2,0g / Vermelho: 4,0g / Laranja: 10,0g / Rosa: 300,0g	UND	96	R\$ 288,18		SIM	0,01	SIM
19	BR0298141 - EXTENSOR/TUBO PARA ASPIRAÇÃO COM CONECTOR 2M, SILICONE TRANSPARENTE	UND	240	R\$ 10,37		SIM	0,01	SIM
20	BR0281141 - EXTENSOR PARA OXIGENOTERAPIA COM CONECTOR 2M	UND	240	R\$ 12,04		SIM	0,01	SIM
21	BR0435801 - TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL	UND	180	R\$ 20,87		SIM	0,01	SIM
22	BR0428647 - FAIXA ELÁSTICA PARA FORTALE-	UND	72	R\$ 18,53		SIM	0,01	SIM

	CIMENTO MUSCULAR 150CM							
23	BR0326108 - FAIXA ELÁSTICA DE INTENSIDADE MÉDIA, MATERIAL: LÁTEX DE BORRACHA NATURAL.	UND	72	R\$ 19,17		SIM	0,01	SIM
24	BR0452986 - GUIA P/ INTUBAÇÃO TRAQUEAL, MATERIAL: METAL, TAMANHO :ADULTO, ESTERILIZÁVEL	UND	12	R\$ 50,30		SIM	0,01	SIM
25	BR0442467 - DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS PARA MEDIR ALTURA UTERINA, TIPO :FITA	UND	48	R\$ 26,93		SIM	0,01	SIM
26	BR0475840 - GEL CONDUTOR A BASE DE ÁGUA 5 LT, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PH NEUTRO	UND	96	R\$ 42,95		SIM	0,01	SIM
27	BR0442461 - HISTERÔMETRO EM POLÍMERO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL PARA IMPLANTAÇÃO DE DIU	UND	12	R\$ 5,21		SIM	0,01	SIM
28	BR0422824 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 0	UND	12	R\$ 5,69		SIM	0,01	SIM
29	BR0422819 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 1	UND	12	R\$ 5,48		SIM	0,01	SIM
30	BR0427150 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 2	UND	12	R\$ 5,31		SIM	0,01	SIM
31	BR0450965 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 3	UND	12	R\$ 5,05		SIM	0,01	SIM
32	BR0422820 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 4	UND	12	R\$ 5,36		SIM	0,01	SIM

33	BR0422818 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 5	UND	12	R\$ 5,81		SIM	0,01	SIM
34	BR0422816 - CÂNULA OROFARÍNGEA GUEDEL, MATERIAL :POLÍMERO, TAMANHO :TAMANHO Nº 6	UND	12	R\$ 4,24		SIM	0,01	SIM
35	BR0442386 - PAPEL GRAU CIRÚRGICO BOBINA 30CM X 100M BOBINAS LISAS PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME LAMINADO P/	UND	300	R\$ 199,19		SIM	0,01	SIM
36	BR0442478 - PAPEL GRAU CIRÚRGICO BOBINA 40CM X 100M BOBINAS LISAS PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME LAMINADO P/	UND	12	R\$ 208,40		SIM	0,01	SIM
37	BR0467996 - PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO, AÇO INOXIDÁVEL, 14CM	UND	48	R\$ 21,29		SIM	0,01	SIM
38	BR0467997 - PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO, AÇO INOXIDÁVEL, 16CM	UND	12	R\$ 19,71		SIM	0,01	SIM
39	BR0289702 - PLACA PARA SEMENTE AURICULAR EM ACRÍLICO, 260 ESPAÇOS (12X18CM)	UND	12	R\$ 47,01		SIM	0,01	SIM
40	BR0465768 - DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO :TIPO RÉGUA EM ALUMÍNIO ANODIZADO (ESTADIÔMETRO DE PAREDE)	UND	60	R\$ 656,13		SIM	0,01	SIM
41	BR0442932 - DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO :TIPO FITA "	UND	182	R\$ 48,41		SIM	0,01	SIM
42	BR0269622 - GLICEROL, DOSAGEM:12%, APRESENTAÇÃO: CLISTER	UND	192	R\$ 21,34		SIM	0,01	SIM
43	BR0435930 - SONDA RETAL Nº 14	UND	108	R\$ 1,52		SIM	0,01	SIM
44	BR0435931 - SONDA RETAL Nº 16	UND	288	R\$ 1,53		SIM	0,01	SIM
45	BR0435932 - SONDA RETAL Nº 18	UND	48	R\$ 1,71		SIM	0,01	SIM
46	BR0435902 - SONDA NASOENTERAL COM FIO GUIA, Nº12	UND	720	R\$ 18,32		SIM	0,01	SIM

47	BR0435900 - SONDA NASOENTERAL COM FIO GUIA, N°08	UND	348	R\$ 14,23		SIM	0,01	SIM
48	BR0357880 - GLICOSE 5%, 100ML	UND	24	R\$ 7,62		SIM	0,01	SIM
49	BR0384214 - TERMÔMETRO DIGITAL PARA GE- LADEIRA	UND	48	R\$ 143,86		SIM	0,01	SIM
50	BR0471486 - TESOURA DE MAYO, PONTA CURVA, 14CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL	UND	12	R\$ 43,45		SIM	0,01	SIM
51	BR00451245 - TUBO ENDOTRAQUEAL 2,0	UND	12	R\$ 5,20		SIM	0,01	SIM
52	BR0451232 - TUBO ENDOTRAQUEAL 2,5	UND	12	R\$ 6,22		SIM	0,01	SIM
53	BR0451036 - MÁSCARA LARÍNGEA N°05 (ACIMA DE 70KG)	UND	12	R\$ 38,63		SIM	0,01	SIM
54	BR0451035 - MÁSCARA LARÍNGEA N°04 (ADULTO 50-70Kg)	UND	12	R\$ 46,00		SIM	0,01	SIM
55	BR0451034 - MÁSCARA LARÍNGEA N°03 (30 A 50KG)	UND	12	R\$ 40,89		SIM	0,01	SIM
56	BR0352502 - REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO 5, COMPOSIÇÃO BÁSICA:CLORO LIVRE 0,7 PPM (Kit para 300 TESTES)	UND	12	R\$ 275,88		SIM	0,01	SIM
57	BR0476001 - COLCHÃO HOSPITALAR EM ESPUMA DE POLIURETANO, D-28, REVESTIMENTO IM- PERMEÁVEL	UND	1	R\$ 483,67		SIM	0,01	SIM
58	BR0395229 - COLCHÃO HOSPITALAR EM ESPUMA DE POLIURETANO TIPO CAIXA DE OVO	UND	12	R\$ 124,23		SIM	0,01	SIM
59	BR0395538 - FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL NÃO ESTÉRIL, MATERIAL:PLÁSTICO TRANSPA- RENTE, CAPACIDADE:300 ML	UND	2400	R\$ 1,58		SIM	0,01	SIM
60	BR0386130 - EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL C/ FILTRO DE AR	UND	8400	R\$ 1,85		SIM	0,01	SIM
61	BR0398255 - PAPAÍNA, CONCENTRAÇÃO:10% 100g	UND	360	R\$ 76,99		SIM	0,01	SIM
62	BR0402263 - CURATIVO CARVÃO ATIVADO COM	UND	564	R\$ 48,49		SIM	0,01	SIM

	NITRATO DE PRATA, PLACA, 10X10CM							
63	BR0439001 - FITA HOSPITALAR, TI-PO:ESPARADRAPO TRANSPARENTE, HIPOALERGÊNICO	UND	540	R\$ 14,57		SIM	0,01	SIM
64	BR0390831 - FIXADOR DE CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA,TAMANHO ADULTO	UND	276	R\$ 9,83		SIM	0,01	SIM
65	BR0390832 - FIXADOR DE CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA,TAMANHO PEDIÁTRICO	UND	228	R\$ 9,96		SIM	0,01	SIM
66	BR0273745 - FIXADOR TUBO OROTRAQUEAL, MATERIAL:CADARÇO DE ALGODÃO, LARGURA:1 CM	UND	12	R\$ 5,23		SIM	0,01	SIM
67	BR0474435 - PINÇA DE HARTMANN 14 CM PARA CORPO ESTRANHO COM SERRILHADA	UND	12	R\$ 239,44		SIM	0,01	SIM
68	BR0458895 - MASSAGEADOR, MODELO:ELÉTRICO, OPERAÇÃO:3 NÍVEIS VELOCIDADE	UND	6	R\$ 247,82		SIM	0,01	SIM
69	PILHA TIPO MOEDA LITHIUM 3V CR2032, Unidades	UND	456	R\$ 3,95		SIM	0,01	SIM
70	CONES DE AGILIDADE 14X23X14CM	UND	132	R\$ 16,59		SIM	0,01	SIM
71	INDICADOR BIOLÓGICO PARA MONITORIZAÇÃO DE PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO	UND	228	R\$ 56,91		SIM	0,01	SIM
72	LIXEIRA HOSPITALAR QUADRADA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 100 LITROS, COR BRANCA,CAPACIDADE 100 LITROS	UND	90	R\$ 271,09		SIM	0,01	SIM
73	FIXADOR ADESIVO NASAL INFANTIL	UND	120	R\$ 4,20		SIM	0,01	SIM
74	LIXEIRA HOSPITALAR QUADRADA PLÁSTICA C/TAMPA E PEDAL 50 LITROS	UND	288	R\$ 233,68		SIM	0,01	SIM
75	GESTOGRAMA DE CONDUTAS PRÉ NATAL	UND	36	R\$ 32,91		SIM	0,01	SIM
76	BR0269876 - CLOREXIDINA SOLUÇÃO DEGERMANTE A 2%, 100ML.	UND	1764	R\$ 14,82		SIM	0,01	SIM
77	BR0397680 - SACO PARA LIXO INFECTANTE 100	UND	960	R\$ 55,41		SIM	0,01	SIM

	LT							
78	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 3,0 C/ CUFF	UND	12	R\$ 17,53		SIM	0,01	SIM
79	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 3,5	UND	12	R\$ 22,13		SIM	0,01	SIM
80	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 4,0	UND	12	R\$ 21,63		SIM	0,01	SIM
81	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 8,0	UND	36	R\$ 23,58		SIM	0,01	SIM
82	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 9,0	UND	12	R\$ 21,94		SIM	0,01	SIM
83	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 9,5	UND	12	R\$ 28,29		SIM	0,01	SIM
84	PÓ PROTETOR PARA OSTOMIA	UND	72	R\$ 65,51		SIM	0,01	SIM
85	BR0267574 - CLORETO DE SÓDIO, DOSAGEM:20%, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	UND	12	R\$ 0,65		SIM	0,01	SIM
86	GELO RÍGIDO / REUTILIZÁVEL 550ML	UND	192	R\$ 8,83		SIM	0,01	SIM
87	CAIXA TÉRMICA 15L COM TERMÔMETRO DIGITAL	UND	48	R\$ 451,53		SIM	0,01	SIM
88	BR0321787 - ESPAÇADOR, INALAÇÃO DE BRONCODILATADOR (ADULTO)	UND	12	R\$ 54,08		SIM	0,01	SIM
89	BR0357699 - ESPAÇADOR, INALAÇÃO DE BRONCODILATADOR (TAMANHO P DE 0 A 2 ANOS)	UND	48	R\$ 41,41		SIM	0,01	SIM
90	BR0362097 - ESPAÇADOR, INALAÇÃO DE BRONCODILATADOR (TAMANHO M DE 2 A 13 ANOS)	UND	48	R\$ 33,32		SIM	0,01	SIM
91	BATERIA ALCALINA, VOLTAGEM 9V	UND	72	R\$ 23,00		SIM	0,01	SIM
92	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA 4,5 C/ CUFF	UND	12	R\$ 22,16		SIM	0,01	SIM
93	BR0270092 - GLICOSE 5%, 500ML	UND	216	R\$ 11,14		SIM	0,01	SIM
94	BR 0270092 - GLICOSE 5%, 100ML	UND	72	R\$ 9,02		SIM	0,01	SIM
95	BR0269881 - CLOREXIDINA DIGLUCONATO, 0,2%, SOLUÇÃO AQUOSA	UND	1164	R\$ 4,00		SIM	0,01	SIM
96	KIT 30 PONTOS SEMENTE AURICULAR C/ MICROPONE C/70 PONTOS CADA	UND	12	R\$ 154,81		SIM	0,01	SIM
97	BR0270585 - DISPOSITIVO P/ INCONTINÊNCIA URINÁRIA C/ EXTENSOR Nº 5	UND	216	R\$ 2,76		SIM	0,01	SIM
98	BR0471166 - PORTA AGULHA DE MAYO HEGAR	UND	40	R\$ 67,55		SIM	0,01	SIM

	16CM, EM AÇO INOXIDÁVEL							
99	BR0477276 - PASTA PROTETORA PARA/ OSTOMIA	UND	48	R\$ 112,83		SIM	0,01	SIM
100	BR0439115 - FRASCO COLETOR, TI- PO:UNIVERSAL, MATERIAL:PLÁSTICO TRANS- PARENTE, CAPACIDADE: 80 ML.	FRC	22320	R\$ 1,04		SIM	0,01	SIM
101	BR0279760 - Sonda de ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº6	UND	2640	R\$ 1,58		SIM	0,01	SIM
102	BR0279763 - Sonda de ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº8	UND	9480	R\$ 1,45		SIM	0,01	SIM
103	BR0439996 - COMPRESSA DE GAZE ALGODONA- DA 15X30CM	UND	35820	R\$ 2,24		NÃO	0,01	SIM
104	BR0435898 - Sonda NASOENTERAL COM FIO GUIA Nº06	UND	324	R\$ 13,31		SIM	0,01	SIM
105	ÁLCOOL ABSOLUTO 99,5%. EMBALAGEM CON- TENDO 1L.	UND	420	R\$ 12,56		SIM	0,01	SIM
106	BR0441984 - VÁLVULA REGULADORA EM Y PA- RA OXIGENIO	UND	12	R\$ 146,93		SIM	0,01	SIM
107	BR0249870 - PINÇA KELLY RETA EM AÇO INOXI- DÁVEL, 14 CM, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UND	96	R\$ 40,34		SIM	0,01	SIM
108	BR0250176 - PINÇA POZZI EM AÇO INOXIDÁVEL PARA IMPLANTAÇÃO DE DIU	UND	24	R\$ 76,25		SIM	0,01	SIM
109	BR0268958 - COLAGENASE 0,6UI/G, 30G	UND	1242	R\$ 70,34		NÃO	0,01	SIM
110	BR0269838 - LUVA PARA PROCEDIMENTO CI- RÚRGICO TAMANHO 7,5, caixas com 50	CX	1197	R\$ 137,94		NÃO	0,01	SIM
111	BR0269845 - LIDOCAÍNA SPRAY 10%	UND	24	R\$ 56,39		SIM	0,01	SIM
112	BR0269846 - LIDOCAÍNA GELÉIA 2% GELEIA 30G	UND	1284	R\$ 20,48		SIM	0,01	SIM
113	BR0269878 - CLOREXIDINA, SOLUÇÃO ALCOÓLI- CA A 0,5%, 100ML.	UND	1044	R\$ 5,82		SIM	0,01	SIM
114	BR0269892 - LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, TAMANHO GRANDE CX 100	CX	1152	R\$ 26,11		SIM	0,01	SIM

115	BR0269894 - LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, TAMANHO PEQUENO CX 100	CX	2844	R\$ 21,43		SIM	0,01	SIM
116	BR0269941 - ÁLCOOL ETÍLICO, HIDRATADO: 70% (70°GL), APRESENTAÇÃO:LÍQUIDO. FRASCO 1000,00 ML. UND	FRC	2748	R\$ 12,99		SIM	0,01	SIM
117	BR0269943 - ÁLCOOL ETÍLICO, HIDRATADO:70% (70°GL), APRESENTAÇÃO:GEL. FRASCO 1000,00 ML.	FRC	264	R\$ 11,03		SIM	0,01	SIM
118	BR0269947 - LUVA PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO TAMANHO 8,5 PAR	PAR	240	R\$ 2,16		SIM	0,01	SIM
119	BR0270495 - COLAGENASE + CLORAFENICOL 0,6UI/10 MG POMADA 30G	UND	648	R\$ 68,13		SIM	0,01	SIM
120	BR0272089 - SULFADIAZINA, PRINCÍPIO ATIVO:DE PRATA, DOSAGEM:1%, INDICAÇÃO:CREME, BISNAGA 50,00 G	UND	1428	R\$ 21,10		SIM	0,01	SIM
121	BR0276340 - LUVA PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO TAMANHO 8,0 PAR	PAR	9360	R\$ 2,87		SIM	0,01	SIM
122	BR0276342 - LUVA PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO TAMANHO 7,0 PAR	PAR	7440	R\$ 2,39		SIM	0,01	SIM
123	BR0276839 - AGUA DESTILADA, AMPOLA 10,00 ML (ÁGUA PARA INJEÇÃO)	AMP	8340	R\$ 0,84		SIM	0,01	SIM
124	BR0277440 - COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO COM CAPACIDADE DE 2000 ML	UND	2124	R\$ 8,30		SIM	0,01	SIM
125	BR0277587- CATETER OXIGENOTERAPIA Nº 6	UND	120	R\$ 1,81		SIM	0,01	SIM
126	BR0277588 - CATETER OXIGENOTERAPIA Nº 10	UND	120	R\$ 1,65		SIM	0,01	SIM
127	BR0277589 - CATETER OXIGENOTERAPIA Nº 08	UND	120	R\$ 1,61		SIM	0,01	SIM
128	BR0278705 - CLAMP UMBILICAL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UND	60	R\$ 1,00		SIM	0,01	SIM
129	BR0279726 - ALGODÃO HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO: EM MANTAS.	UND	1452	R\$ 24,42		SIM	0,01	SIM

130	BR0279761 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº14	UND	1980	R\$ 1,57		SIM	0,01	SIM
131	BR0279762 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº16	UND	60	R\$ 1,83		SIM	0,01	SIM
132	BR0281141 - EXTENSOR PARA OXIGENOTERAPIA COM CONECTOR 2M	UND	120	R\$ 6,19		SIM	0,01	SIM
133	BR0281197 - FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, FIO:2-0, CX C/24	CX	48	R\$ 130,33		SIM	0,01	SIM
134	BR0281201 - CURATIVO ALGINATO DE CALCIO E SODIO, PLACA C/ MARCAÇÃO PARA CORTE, 10X10	UND	300	R\$ 25,28		SIM	0,01	SIM
135	BR0281321 - FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO 6-0	UND	24	R\$ 2,40		SIM	0,01	SIM
136	BR0281323 - FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO 2-0	UND	48	R\$ 3,08		SIM	0,01	SIM
137	BR0281325- FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO 4-0 COM AG 3/8 CIRCULAR, unidade	UND	876	R\$ 3,10		SIM	0,01	SIM
138	BR0281420 - CATETER OXIGENOTERAPIA, TIPO ÓCULOS, TIPO USO:DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.TAM: ADULTO	UND	420	R\$ 3,35		SIM	0,01	SIM
139	BR0281424 - UMIDIFICADOR EM POLIPROPILENO, 250 ML PARA OXIGENOTERAPIA	UND	960	R\$ 42,93		SIM	0,01	SIM
140	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA, COM ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR (3,5ML).	UND	10.000	R\$ 1,33		SIM	0,01	SIM
141	BR0428103- FLUORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO: 2%, FORMA FARMACÊUTICA: GEL TIXOTRÓPICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: NEUTRO- FRASCO 200,00 ML	FRC	1000	R\$ 13,56		SIM	0,01	SIM

142	BR0404585- HIDRÓXIDO DE CÁLCIO USO ODONTOLÓGICO, ASPECTO FÍSICO: PÓ- FRASCO 10,00 G	FRC	200	R\$ 15,11		SIM	0,01	SIM
143	BR0417702- PASTA PROFILÁTICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA: PEDRA POMES, COMPOSIÇÃO: LAURIL SULFATO DE SÓDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM FLÚOR- BISNAGA 90,00 G	BIS	200	R\$ 14,30		SIM	0,01	SIM
144	BR0406147- MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL:POLIÉSTER, TIPO:PRÉ-CORTADA, FORMATO:FITA, APRESENTAÇÃO:ENVELOPE 50 FOLHAS DE 10 CM, LARGURA:10 MM, TIPO USO: DESCARTÁVEL, PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	140	R\$ 7,96		SIM	0,01	SIM
145	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS, ESPECIFICAÇÃO: APARELHO LED SEM FIO, COM 3 MODOS DE OPERAÇÃO, COM POTÊNCIA DE LUZ DE NO MÍNIMO 1500 MW/CM2, COM PROTETOR OCULAR. BIVOLT E NO MÍNIMO 1 ANO DE GARANTIA	UND	2	R\$ 643,54		SIM	0,01	SIM
146	BR0281657 / ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS; LOÇÃO OLEOSA; FRASCO 100 ML	UND	2592	R\$ 22,95		SIM	0,01	SIM
147	BR0281879 - FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO 3-0 COM AG 3/8 CIRCULAR CX COM 24	CX	108	R\$ 56,43		SIM	0,01	SIM
148	BR0282205 - CATETER OXIGENOTERAPIA, TIPO ÓCULOS, TIPO USO:DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, TAM: INFANTIL.	UND	72	R\$ 2,36		SIM	0,01	SIM
149	BR0284593 - FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO 5-0 COM AG 3/8 CIRCULAR CAIXA COM 24	CX	36	R\$ 47,62		SIM	0,01	SIM
150	BR0289702 - PLACA PARA SEMENTE AURICULAR EM ACRÍLICO, 260 ESPAÇOS (12X18CM)	UND	36	R\$ 47,01		SIM	0,01	SIM
151	BR0289967 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL	UND	3720	R\$ 1,42		SIM	0,01	SIM

	Nº10							
152	BR0297269 - CATETER OXIGENOTERAPIA Nº 12	UND	120	R\$ 1,63		SIM	0,01	SIM
153	BR0298538 - MÁSCARA N95	UND	2880	R\$ 2,35		SIM	0,01	SIM
154	BR0313630 - LAMINA DE BISTURI Nº22, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	120	R\$ 46,19		SIM	0,01	SIM
155	BR0313631 - LAMINA DE BISTURI Nº23, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	72	R\$ 44,60		SIM	0,01	SIM
156	BR0319435 - FILTRO BARREIRA DE BACTÉRIAS E VÍRUS	UND	108	R\$ 6,51		SIM	0,01	SIM
157	BR0327930 - ASPIRADOR DE SECREÇÕES PARA REDE DE VÁCUO, DESMONTÁVEL, ESTERELIZÁVEL	UND	120	R\$ 571,33		SIM	0,01	SIM
158	BR0328903 - PINÇA CHERON EM AÇO INOXIDÁVEL PARA IMPLANTAÇÃO DE DIU	UND	24	R\$ 123,52		SIM	0,01	SIM
159	BR0332343 - FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE, INDICADOR QUÍMICO, P/ESTERILIZAÇÃO A VA- POR, 19MMX30M	UND	84	R\$ 7,05		SIM	0,01	SIM
160	BR0337450 - LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, SEM PÓ, TAMANHO MÉDIO, caixas	CX	2592	R\$ 29,97		NÃO	0,01	SIM
161	BR0341923 - MÁSCARA CIRÚRGICA C/ ELÁSTICO, DESCARTÁVEL, TRIPLA CAMADA CX 100	CX	1692	R\$ 19,19		SIM	0,01	SIM
162	BR0350646 - FITA ADESIVA CREPE 19MMX50M BRANCA	UND	588	R\$ 6,71		SIM	0,01	SIM
163	BR0352012 - PAPEL LENÇOL HOSPITALAR TAMANHO 0,70 CX 50 M	UND	600	R\$ 21,14		SIM	0,01	SIM
164	BR0352317 - ÁGUA DESTILADA 1000ML (ÁGUA PARA INJEÇÃO)	UND	84	R\$ 13,73		SIM	0,01	SIM
165	BR0352317 - ÁGUA DESTILADA 5L (ÁGUA PARA INJEÇÃO)	UND	1020	R\$ 22,08		SIM	0,01	SIM
166	BR0352503 - REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO	CX	12	R\$ 181,00		SIM	0,01	SIM

	CLÍNICO 5, COMPOSIÇÃO BÁSICA:CLORO LIVRE 1,1 PPM (300) TESTES							
167	BR0357880 - GLICOSE 5%, 250ML	UND	36	R\$ 7,23		SIM	0,01	SIM
168	BR0363484 - COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, 07 L	UND	792	R\$ 8,69		SIM	0,01	SIM
169	BR0366913 - GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO:5% + 0,9%, 250ML	UND	144	R\$ 11,22		SIM	0,01	SIM
170	BR0366913 - GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO:5% + 0,9%, 500ML	UND	84	R\$ 13,00		SIM	0,01	SIM
171	BR0369794 - TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL	UND	24	R\$ 101,71		SIM	0,01	SIM
172	BR0371126 - ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, A-PRESENTAÇÃO: CREME	UND	360	R\$ 22,43		SIM	0,01	SIM
173	BR0373528 - ÓCULOS DE PROTEÇÃO (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL)	UND	168	R\$ 6,72		SIM	0,01	SIM
174	BR0373735 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº12	UND	7800	R\$ 1,44		SIM	0,01	SIM
175	BR0375041 - AVENTAL DESCARTÁVEL, 30G/M2, MANGA LONGA, PUNHO COM ELÁSTICO, TNT 100% POLIPROPILENO	UND	2500	R\$ 4,33		SIM	0,01	SIM
176	BR0381138 - LANTERNA CLINICA	UND	144	R\$ 41,22		SIM	0,01	SIM
177	BR0381974 - BANDAGEM ELÁSTICA, AUTO-ADERENTE, 100MMX4,5MT, COM FIBRAS ELÁSTICAS	UND	48	R\$ 57,81		SIM	0,01	SIM
178	BR0395533 - FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL ESTÉRIL, MATERIAL:PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE:500 ML,	UND	6600	R\$ 2,54		SIM	0,01	SIM
179	BR0395534 - FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL NÃO ESTÉRIL, MATERIAL:PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE:500 ML,	UND	600	R\$ 3,17		SIM	0,01	SIM
180	BR0395537 - FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL	UND	600	R\$ 2,58		SIM	0,01	SIM

	ESTÉRIL , MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, 300ML							
181	BR0397502 - AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO:21 G X 1" (25X0,8MM), caixa com 100 unidades	CX	48	R\$ 13,89		SIM	0,01	SIM
182	BR0397510 - AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO:24 G X 3/4" (20X0,55 MM), caixa com 100 unidades	CX	36	R\$ 17,84		SIM	0,01	SIM
183	BR0397513 - AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO:26 G X 1/2" (13X4,5MM), caixa com 100 unidades	CX	36	R\$ 16,75		SIM	0,01	SIM
184	BR0402816 - CURATIVO ALGINATO DE CÁLCIO, PLACA, 10X10CM	UND	240	R\$ 20,29		SIM	0,01	SIM
185	BR0406756 - CURATIVO HIDROCOLÓIDE, 10X10CM	UND	360	R\$ 13,54		SIM	0,01	SIM
186	BR0412392 - CUBA REDONDA - DIMENSÕES 10 X 5 CM CAPACIDADE 300 ML MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL	UND	48	R\$ 36,24		SIM	0,01	SIM
187	BR0414541 - KIT LARINGOSCÓPIO COM LÂMINAS INFANTIL	UND	12	R\$ 717,62		SIM	0,01	SIM
188	BR0415924 - KIT LARINGOSCÓPIO COM LÂMINAS ADULTO	UND	12	R\$ 697,33		SIM	0,01	SIM
189	BR0419405 - COLETOR DE URINA INFANTIL COM ADESIVO HIPOALERGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UND	420	R\$ 0,81		SIM	0,01	SIM
190	BR0425771 - OTOSCÓPIO PORTÁTIL COM CABO DE METAL	UND	72	R\$ 452,67		SIM	0,01	SIM
191	BR0427493 - ADIPÔMETRO ANALÓGICO	UND	48	R\$ 203,60		SIM	0,01	SIM
192	BR0428464 - COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO COM CAPACIDADE DE 1500ML	UND	7680	R\$ 5,75		SIM	0,01	SIM

193	BR0428625 - TOUCA HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, SEM COR, PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	6246	R\$ 13,60		NÃO	0,01	SIM
194	BR0428798 - EQUIPO MACROGOTAS, TIPO DE EQUIPO:DE INFUSÃO, MATERIAL:PVC FLEXÍVEL	UND	12840	R\$ 2,71		SIM	0,01	SIM
195	BR0428801 - EQUIPO MICROGOTAS, TIPO DE EQUIPO:DE INFUSÃO, MATERIAL:PVC FLEXÍVEL	UND	60	R\$ 2,50		SIM	0,01	SIM
196	BR0431085 - SUPORTE EM METAL PARA CAIXA COLETORA DE MATERIAL PÉRFURO CORTANTE 13LT	UND	50	R\$ 35,44		SIM	0,01	SIM
197	BR0432468 - ESFIGMOMANÔMETRO ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRAÇO. TAMANHO: ADULTO	UND	192	R\$ 66,29		SIM	0,01	SIM
198	BR0432472 - ESFIGMOMANÔMETRO ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRAÇO. TAMANHO: INFANTIL	UND	84	R\$ 71,28		SIM	0,01	SIM
199	BR0432482 - ESFIGMOMANÔMETRO DIGITAL, DE PULSO. TAMANHO: ADULTO	UND	84	R\$ 165,58		SIM	0,01	SIM
200	BR0437181 - JELCO Nº 14, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	60	R\$ 119,07		SIM	0,01	SIM
201	BR0437183 - JELCO Nº 18, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	48	R\$ 112,93		SIM	0,01	SIM
202	BR0437184 - JELCO Nº 20, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	180	R\$ 133,66		SIM	0,01	SIM
203	BR0437185 - JELCO Nº 22, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	240	R\$ 107,39		SIM	0,01	SIM
204	BR0437186 - JELCO Nº 24, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	192	R\$ 108,27		SIM	0,01	SIM
205	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DE RISCO VERDE	UND	29.000	R\$ 0,81		SIM	0,01	SIM
206	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DE RISCO AMARELA	UND	2.400	R\$ 0,81		SIM	0,01	SIM
207	BR0433911 - CURATIVO EM GEL, REVESTIMENTO:COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CAR-	UND	60	R\$ 35,47		SIM	0,01	SIM

	MELOSE							
208	BR0435416 - MICRONEBULIZADOR SAÍDA PARA AR COMPRIMIDO, ADULTO	UND	120	R\$ 19,17		SIM	0,01	SIM
209	BR0435417 - MICRONEBULIZADOR SAÍDA PARA AR COMPRIMIDO, INFANTIL	UND	36	R\$ 14,16		SIM	0,01	SIM
210	BR0435624 - ESFIGMOMANÔMETRO ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRAÇO. TAMANHO: ADULTO O-BESO	UND	60	R\$ 130,12		SIM	0,01	SIM
211	*BR0269978 - COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5CM 13 FIOS, ESTÉRIL, PACOTE C/ 10 UNIDADES DE GAZE	PCT	49428	R\$ 1,13		SIM	0,01	SIM
212	*BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 500ML	UND	3195	R\$ 16,08		SIM	0,01	SIM
213	*BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 250ML	UND	2985	R\$ 11,69		SIM	0,01	SIM
214	*BR0268236 - CLORETO DE SÓDIO 0,9%, 100ML	UND	3195	R\$ 11,67		SIM	0,01	SIM
215	*BR0439996 - COMPRESSA DE GAZE ALGODONADA 15X30CM	UND	11940	R\$ 2,24		SIM	0,01	SIM
216	*BR0268958 - COLAGENASE 0,6UI/G, 30G	UND	414	R\$ 70,34		SIM	0,01	SIM
217	*BR0269838 - LUVA PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO TAMANHO 7,5, caixas com 50.	CX	399	R\$ 137,94		SIM	0,01	SIM
218	*BR0337450 - LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, SEM PÓ, TAMANHO MÉDIO, caixas	CX	864	R\$ 29,97		SIM	0,01	SIM
219	*BR0428625 - TOUCA HOSPITALAR, DESCARTÁVEL, SEM COR, PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	2082	R\$ 13,60		SIM	0,01	SIM

SECRETARIA
MUNICIPAL
DE SAÚDE

 **SÃO CRISTÓVÃO**
PREFEITURA
Cidade Mãe de Sergipe

 **4ª** CIDADE
MAIS ANTIGA
DO BRASIL


United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



**SELO
DS**